

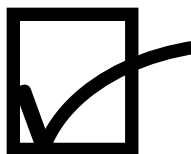
ABREU & CIPRIANO, AUDITORES, SROC
Inscrita na O.R.O.C. sob o n.º 119

Capital Social 5.000,00 Euros

Contribuinte n.º 503 342 742

6.

REGISTOS CONTABILÍSTICOS, SUA LEGALIDADE, CONFORMIDADE E CONSISTÊNCIA



INDICE

6.	REGISTOS CONTABILÍSTICOS, SUA LEGALIDADE, CONFORMIDADE E CONSISTÊNCIA.....	131
6.1.	PREPARAÇÃO DOS INSTRUMENTOS PREVISIONAIS DE GESTÃO .	131
6.1.1.	Preparação do Orçamento.....	131
6.1.1.1.	Geral.....	131
6.1.1.2.	Previsões de Receita.....	131
6.1.1.3.	Previsões de Despesa.....	137
6.1.2.	Preparação das Grandes Opções do Plano.....	139
6.2.	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA E DA DESPESA.....	144
6.2.1.	Alterações/Modificações Orçamentais.....	144
6.2.2.	Análise à Execução da Receita.....	146
6.2.3.	Análise à Execução da Despesa.....	149
6.3.	EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO.....	153
6.3.1.	Geral.....	153
6.3.2.	Execução do Plano Plurianual de Investimentos.....	155
6.3.3.	Execução do Plano de Atividades Municipal.....	159
6.4.	RÁCIOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E COMPARAÇÃO SETORIAL.....	163
6.4.1.	Introdução.....	163
6.4.2.	Rácios de Estrutura da Receita.....	163
6.4.3.	Rácios de Estrutura da Despesa.....	165
6.4.4.	Indicadores de Execução do Orçamento da Despesa.....	168
6.5.	REGISTOS CONTABILÍSTICOS DE RECEITA E DE DESPESA - PROCEDIMENTOS.....	170
6.5.1.	Introdução.....	170
6.5.2.	Despesa.....	171
6.5.3.	Receita.....	172



6. REGISTOS CONTABILÍSTICOS, SUA LEGALIDADE, CONFORMIDADE E CONSISTÊNCIA

(todas as quantias estão em euros, salvo menção expressa em contrário)

6.1. PREPARAÇÃO DOS INSTRUMENTOS PREVISIONAIS DE GESTÃO

6.1.1. Preparação do Orçamento

6.1.1.1. Geral

No quadro abaixo, encontra-se detalhado um resumo das receitas e das despesas orçamentadas para o Município, de 2009 a 2013:

Quadro nº 43 – Resumo das receitas e das despesas orçamentadas: 2009 - 2013

	2009	2010	2011	2012	2013
Receitas Correntes	73.655.610	103.263.534	61.050.721	84.577.075	41.836.132
Receitas de Capital	64.554.440	62.655.951	130.791.869	103.249.253	150.087.213
Despesas Correntes	66.832.050	98.821.150	133.768.730	84.118.378	128.608.471
Despesas Capital	71.403.000	67.128.335	58.086.470	103.718.060	63.339.874
Reposições não Abatidas	-25.000	-30.000	-12.610	-10.110	-25.000
	138.210.050	165.949.485	191.842.590	187.826.328	191.923.345

Como se pode verificar, de 2009 para 2013 existiu um aumento no orçamento das receitas e das despesas, sendo de salientar, o facto de em 2011 e em 2013 as receitas correntes não cobrirem as despesas correntes, não obedecendo ao princípio consagrado no ponto 3.1.1. do POCAL, nem à alínea e) do art.º 7 do SCI, que estabelece o **princípio do equilíbrio**, que indica que o orçamento deve prever que *“os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes”*.

6.1.1.2. Previsões de Receita

Em relação ao orçamento da receita, apresenta-se de seguida um resumo da sua evolução de 2008 a 2013 (cuja decomposição mais detalhada é apresentada no anexo 1):



Quadro nº 44 – Resumo da evolução da receita: 2008 - 2013

Cód.	Descrição	Orçamento Inicial					
		2008	2009	2010	2011	2012	2013
01	Impostos Directos	37.200.010	29.022.505	30.000.000	25.766.912	27.978.828	26.646.509
02	Impostos Indirectos	4.722.500	5.175.755	5.550.000	4.353.761	1.097.689	1.053.767
04	Taxas, Multas e Outros	807.250	747.000	890.000	747.733	449.551	1.422.992
05	Rendimentos de Propriedade	1.818.500	26.428.000	55.570.000	19.010.345	42.674.408	1.899.590
06	Transferências Correntes	6.409.553	9.154.925	6.152.334	9.150.673	9.424.257	7.104.292
07	Venda de bens e serviços correntes	2.592.275	2.523.425	4.280.000	643.777	674.827	2.254.323
08	Outras Receitas Correntes	561.500	604.000	821.200	1.377.520	2.277.515	1.454.659
09	Vendas de Bens de Investimento	24.409.250	48.379.750	48.925.000	27.117.804	140.620	4.036.200
10	Transferências de Capital	8.425.922	5.499.440	8.300.951	3.953.450	6.388.013	1.197.351
11	Activos Financeiros	100.000	100.000	150.000	79.065	79.065	4.762.708
12	Passivos Financeiros	13.350.000	10.500.000	5.250.000	99.641.450	96.641.455	140.040.904
13	Outras Receitas de Capital	8.750	75.250	30.000	100	100	50.050
15	Reposições não abatidas nos pag.	10.000	25.000	30.000	12.610	10.110	25.000
TOTAL		100.415.510	138.235.050	165.949.485	191.855.200	187.836.438	191.948.345

Capital Social 5.000,00 Euros

Para os **Impostos e Taxas**, o POCAL estabelece no ponto 3.3. um conjunto de princípios e regras para a elaboração do orçamento que passam, no caso concreto, pelo facto de não poderem ser orçamentadas quantias superiores à média aritmética simples das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses que precedem o mês da sua elaboração

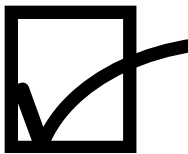
No entanto, foi política da CMP até 2010, efetuar o orçamento com base na média aritmética das receitas desde 1990.

O orçamento dos impostos e taxas para 2011 foi efetuado tendo por base pressupostos diferentes dos tidos em conta até 2010, a saber:

- Imposto Municipal sobre Imóveis, de acordo com as receitas obtidas em 2009, com uma taxa de crescimento de 25%;
- Imposto Único de Circulação, com base nas receitas obtidas em 2009, com uma taxa de crescimento de 2%;
- Imposto Municipal sobre Transmissão de Imóveis, com base nas receitas de 2009;
- Impostos Abolidos, teve como base as receitas obtidas em 2009;
- Impostos Indiretos e Taxas, a quantia orçamentada teve por base a média aritmética de 2007, 2008 e 2009, acrescida de uma taxa de crescimento de 25%

Para 2012, os pressupostos para o orçamento dos impostos e das taxas, foram os seguintes:

Contribuinte n.º 503 342 742



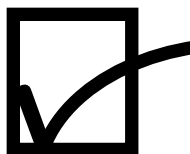
- Imposto Municipal sobre Imóveis, de acordo com as receitas obtidas em 2009, com uma taxa de crescimento de 25%;
- Imposto Único de Circulação, com base nas receitas obtidas em 2009, com uma taxa de crescimento de 2%;
- Imposto Municipal sobre Transmissão de Imóveis, com base nas receitas de 2009;
- Impostos Abolidos, teve como base as receitas obtidas em 2009;
- Impostos Indiretos e Taxas, a quantia orçamentada teve por base a média aritmética de 2007, 2008 e 2009, acrescida de uma taxa de crescimento de 25%.

Os pressupostos acima indicados, que são iguais aos estabelecidos para 2011, estavam alinhados com os pressupostos estabelecidos para o Plano de Saneamento Financeiro aprovado pela AM de Portimão.

Para 2013, os pressupostos para o orçamento dos impostos e taxas, foram os seguintes:

- Imposto Municipal sobre Imóveis, considerado o valor de 2011, com uma taxa de crescimento de 6% em 2012;
- Imposto Único de Circulação, com base na média dos últimos três anos, a qual cresce uma taxa constante de 2%;
- Imposto Municipal sobre Transmissão de Imóveis, considerou-se, em 2013, a média de 2009, 2010, 2011, com um crescimento à taxa de 2%;
- Derrama, com base nos dados extraídos da aplicação “Amadeus”, optou-se por efetuar uma extrapolação do Resultado Antes de Impostos (RAI) das empresas, com base nos dados do Município de Faro. Assim sendo, de acordo com a amostra, aplicou-se uma taxa 1,5% ao RAI das empresas, considerando-se um crescimento de 4% ao ano;
- Impostos Indiretos e Taxas, considerou-se a receita média dos últimos três anos, com um crescimento de 2%. Tendo em consideração a informação recebida, não nos foi possível apurar a média dos últimos 24 meses, pelo que o quadro abaixo exposto não demonstra os valores de 2012.

De salientar que o orçamento para 2013, teve em consideração os pressupostos estabelecidos na elaboração do Plano de Ajustamento Financeiro, em vigor no MP, no âmbito da sua candidatura ao Programa de Apoio à Economia Local.



As diferenças existentes entre o pressuposto aplicado pela CMP, as regras definidas pelo POCAL e o que foi realmente orçamentado, encontram-se espelhadas no quadro abaixo:

Quadro nº 45 – Diferenças entre os pressupostos da CMP, as regras do POCAL e o orçamentado

	2009				2010			
	Média dos últimos 24 meses ⁽¹⁾	Média desde 1990	Orçamentado	Diferença da Média para o Orçamento	Média dos últimos 24 meses ⁽¹⁾	Média desde 1990	Orçamentado	Diferença da Média para o Orçamento
01 - Impostos Directos	30.866.936,20	31.226.363,10	29.022.505,00	1.844.431,20	26.617.101,32	28.011.188,28	30.000.000,00	-3.382.898,68
02 - Impostos Indirectos	3.354.037,87	4.060.385,28	5.175.755,00	-1.821.717,13	3.651.758,70	4.280.396,60	5.550.000,00	-1.898.241,30
04 - Taxas, Multas e Outras Penalidades	693.142,69	716.273,89	747.000,00	-53.857,31	550.595,31	670.421,85	890.000,00	-339.404,69
	34.914.116,76	36.003.022,27	34.945.260,00	-31.143,24	30.819.455,33	32.962.006,73	36.440.000,00	-5.620.544,67

(1) - Corresponde às receitas de N-2 mais as N-1 (real até Outubro mais a extrapolação de Novembro e Dezembro)

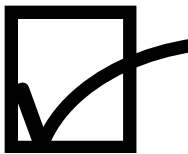
	2011			2012		
	Média dos últimos 24 meses ⁽¹⁾	Orçamentado	Diferença da Média para o Orçamento	Média dos últimos 24 meses	Orçamentado	Diferença
01 - Impostos Directos	23.151.978	25.766.912	-2.614.934		27.978.828	
02 - Impostos Indirectos	2.810.068	4.353.761	-1.543.693		1.097.689	
04 - Taxas, Multas e Outras Penalidades	490.055	747.733	-257.678		449.551	
	26.452.101	30.868.406	-4.416.305	0	29.526.068	0

	2013			
	Média dos últimos 24 meses	PAEL	Orçamentado	Diferença
01 - Impostos Directos	23.561.115	26.646.509	26.646.509	-3.085.394
02 - Impostos Indirectos	1.004.522	1.053.767	1.053.767	-49.245
04 - Taxas, Multas e Outras Penalidades	401.145	1.422.992	1.422.992	-1.021.847
	24.966.782	29.123.268	29.123.268	-4.156.486

De salientar que foi aprovado em reunião de Câmara de 12 de novembro de 2008, um conjunto de medidas de apoio, que afetam a receita o Município, às famílias e às empresas do MP. Essas medidas encontram-se devidamente definidas no Regulamento Municipal de Concessão de Isenções relativas a Impostos Municipais, que foi aprovado em AM, de 14 de julho de 2008.

Assim sendo, a Câmara Municipal propôs à AM o seguinte conjunto de medidas que vigorou em 2009 e 2010:

- Abdicação de 5% da participação no IRS dos residentes em Portimão, referente aos rendimentos do ano de 2008, o que se traduziria numa redução de receita de cerca de 2 milhões;
- Redução da taxa do IMI para os prédios urbanos antigos de 0,80% em 2008 para 0,65% em 2009 e 2010 e para os prédios urbanos novos de 0,50% em 2008 para 0,35% em 2009 e 2010. Esta medida previsivelmente traduzia-se numa redução da receita em 4,4 milhões;



- Isenção dos jovens recenseados e com idade até 35 anos, do pagamento do IMT, na aquisição da primeira habitação e cujo valor de incidência do imposto não ultrapasse-se os 150.000 euros. Esta medida previsivelmente traduzia-se numa redução de receita de 1 milhão.

No que diz respeito aos **Rendimentos de Propriedade**, o ano de 2010 foi aquele em que se efetuou uma maior previsão, com um orçamento de 55,6 milhões, o que comparado com 2009 corresponde a um aumento de 110%.

O pressuposto para os 26 milhões inscritos no orçamento de 2009, de acordo com informações obtidas, decorre da perspectiva de alienação do direito de superfície do património do Município para uma empresa municipal que se projetava criar – PU.

Para a quantia inscrita no orçamento de 2010, também foi usado como pressuposto para o orçamento de 55,5 milhões nos rendimentos de propriedade, a alienação de património.

As duas situações acima mencionadas tiveram por base o pressuposto da constituição de um Fundo Imobiliário.

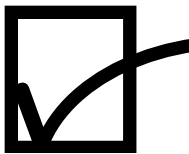
De acordo com o orçamento de 2011 e 2012, as receitas dos rendimentos de propriedade foram apuradas com base na média dos últimos três anos (2007 a 2009), com um crescimento constante de 2%.

Para 2013, os pressupostos para a inscrição de receita de 1,9 milhões, foram os seguintes:

- Elaboração de um contrato de gestão delegada da Sociedade EMARP, com uma taxa de rentabilidade anual de 8% e expansão de atividades da sociedade para outras áreas relacionadas com o ambiente (que nunca chegou a ser celebrado);
- Rendibilidade do fundo de investimento, a constituir pela PU, para acomodar o património alienado pelo Município.

Em relação às **Transferências Correntes**, o POCAL estabelece no ponto 3.3. que as importâncias relativas às transferências correntes²⁷ e de capital só podem ser consideradas no orçamento em conformidade com a efetiva atribuição pela entidade competente.

²⁷ - As importâncias relativas às transferências financeiras, a título de repartição dos recursos públicos do Orçamento do Estado, a considerar no orçamento aprovado, devem ser as constantes do Orçamento do Estado em vigor até à publicação do Orçamento do Estado para o ano a que ele respeita.



Da análise efetuada, podemos referir que em 2009 o Orçamento de Estado previa para o código 060301 a transferência de 4.757.425 euros, em vez dos 8.907.425 euros inscritos, relativos a:

- 1.801.427 euros, de Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF);
- 935.593 euros, de Fundo Social Municipal (FSM);
- 2.020.405 euros, de Participação Fixa no IRS.

De salientar que, de acordo com os pressupostos do orçamento de receita de 2009, o Município dispensou a receita relativa à participação fixa no IRS, pelo que esta quantia também não deveria ser inscrita no orçamento.

O orçamento da receita relativa à rubrica de **venda de bens de investimento**, atingiu a sua quantia máxima em 2009 e 2010, com cerca de 48 milhões resultantes da inscrição no orçamento da alienação de terrenos (5,5 milhões) e de edifícios (42,5 milhões) à PU, de salientar que, de acordo com o art.º 8 do SCI, o orçamento para as receitas relativa à venda de bens deveria ter em consideração a evolução dos últimos três anos. Deste modo, olhando para a execução da rubrica em apreço de 2008 a 2013, constatamos que a receita bruta máxima cobrada foi de 3,6 milhões em 2011 e a receita mínima cobrada de 52 mil em 2013.

Assim sendo, podemos concluir que o orçamento inscrito na rubrica em apreço, não foi efetuado de acordo com as regras estabelecidas no SCI.

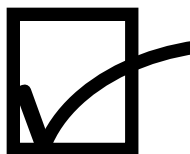
Em 2013, o MP inscreveu no orçamento uma receita previsional de 4.000.000 de euros, que teve como pressuposto a redução de capital na participada EMARP.

Os **passivos financeiros** correspondem a receitas provenientes da emissão de obrigações e de empréstimos contraídos a curto, médio e longo prazo.

O aumento verificado no orçamento de 2011, face ao histórico dos anos passados, e que se manteve em 2012, resulta do pressuposto de contração de um empréstimo de longo prazo, no montante de cerca de 96 milhões, em que se admitia uma utilização de curto prazo, na medida em essa quantia que iria ser usada para liquidar dívidas a terceiros de curto prazo.

No que diz respeito a 2013, o Município orçamentou uma receita de passivos financeiros de 140.040.804 euros, que teve como pressuposto o apuramento do serviço da dívida do MP tendo sido imputadas as amortizações de capital relacionadas com empréstimos de médio e longo prazo, PAEL e reequilíbrio financeiro. A quantia indicada decorre de:

- 100.598.268 euros, com a adesão ao PAEL e a elaboração de um plano de



ajustamento financeiro;

- 39.442.536 euros, relativo a empréstimo a contrair junto da banca no âmbito do plano de reequilíbrio financeiro.

6.1.1.3. Previsões de Despesa

O Orçamento da Despesa, teve a seguinte evolução de 2008 a 2013 (quadro mais desenvolvido consta do anexo 2):

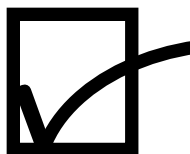
Quadro nº 46 – Resumo do orçamento da despesa: 2008 - 2013

Cód.	Descrição	Orçamento da Despesa											
		2008		2009		2010		2011		2012		2013	
01	Assembleia Municipal	110.000	0%	144.500	0%	205.000	0%	157.500	0%	48.200	0%	97.500	0%
0101	Despesas Com o Pessoal	50.000	0%	75.000	0%	100.000	0%	100.000	0%	30.500	0%	50.500	0%
0102	Aquisição de Bens e Serviços	57.500	0%	67.000	0%	100.000	0%	55.000	0%	17.200	0%	45.000	0%
0106	Outras Despesas Correntes	2.500	0%	2.500	0%	5.000	0%	2.500	0%	500	0%	2.000	0%
02	Câmara Municipal	100.305.510	100%	138.090.550	100%	165.744.485	100%	191.697.700	100%	187.788.238	100%	191.850.845	100%
0201	Despesas com o Pessoal	12.739.510	13%	16.581.550	12%	17.980.000	11%	17.364.885	9%	14.005.500	7%	15.451.850	8%
0202	Aquisição de Bens e Serviços	19.598.750	20%	33.403.500	24%	41.549.150	25%	38.738.515	20%	39.248.178	21%	41.725.580	22%
0203	Juros e Outros Encargos	827.250	1%	2.115.000	2%	3.080.000	2%	6.975.015	4%	8.502.500	5%	6.952.922	4%
0204	Transferências Correntes	3.965.000	4%	7.347.500	5%	8.807.000	5%	9.160.285	5%	6.052.250	3%	5.641.330	3%
0205	Subsídios	14.005.000	14%	5.100.000	4%	25.770.000	16%	60.057.505	31%	15.085.500	8%	58.098.539	30%
0206	Outras Despesas Correntes	1.206.500	1%	2.140.000	2%	1.430.000	1%	1.315.025	1%	1.176.250	1%	640.750	0%
0207	Aquisição de bens de capital	40.538.500	40%	40.588.000	29%	40.522.835	24%	44.224.950	23%	50.931.545	27%	32.856.785	17%
0208	Transferências de Capital	2.500.000	2%	11.300.000	8%	22.090.000	13%	9.334.005	5%	36.986.500	20%	8.790.941	5%
0209	Activos Financeiros	10.000	0%	15.000.000	11%	500	0%	27.500	0%	10.000.000	5%	10.574.450	6%
0210	Passivos Financeiros	4.900.000	5%	4.500.000	3%	4.500.000	3%	4.500.000	2%	5.800.000	3%	11.116.198	6%
0211	Outras Despesas de Capital	15.000	0%	15.000	0%	15.000	0%	15	0%	15	0%	1.500	0%
Total		100.415.510	100%	138.235.050	100%	165.949.485	100%	191.855.200	100%	187.836.438	100%	191.948.345	100%

As rubricas que estruturalmente têm, no conjunto dos anos de 2009 a 2013, um maior peso no orçamento da despesa, são as Despesas com o Pessoal, a Aquisição de Bens e Serviços, Subsídios, Aquisição de Bens de Capital e Transferências de Capital, que representam cerca de 84% da despesa orçamentada.

Em relação à **despesa com o pessoal**, de acordo com o disposto no ponto 3.3. do POCAL, o orçamento desta despesa deveria ter em consideração, que:

- as importâncias previstas devem ter em conta apenas o pessoal que ocupe lugares de quadro, requisitado ou em comissão de serviço ou contratos a termo certo, bem como aquele cujos contratos ou abertura de concurso para ingresso ou acesso estejam devidamente aprovados no momento da elaboração do orçamento;
- as importâncias a considerar no orçamento devem corresponder à tabela de vencimento em vigor.



A grande evolução deu-se de 2008 para 2009 com um crescimento previsional de 30,2% motivado fundamentalmente pela transferência de pessoal do Ministério da Educação para o MP, no âmbito das competências da gestão das escolas. Situação que também esteve na causa do aumento previsional da despesa de 8,5%, de 2009 para 2010.

A redução ocorrida de 2011 para 2012, de 19,3%, decorre das medidas previstas no Orçamento de Estado para 2012, que previu o não pagamento dos subsídios de Natal e de Férias.

De acordo, com a análise efetuada aos documentos de suporte de elaboração do orçamento de despesa com o pessoal, podemos aferir que o mesmo era preparado com base na média das despesas realizadas desde 1990, tendo posteriormente alguns acertos face às informações disponíveis (entradas e saídas de pessoal).

Quanto à rubrica de **aquisição de bens e serviços**, que corresponde a despesas quer com bens de consumo (duráveis ou não) a que não possa reconhecer-se a natureza de despesas de capital quer, ainda, com a aquisição de serviços, o seu orçamento, dum maneira geral foi, numa primeira fase, efetuado com base na média ponderada da despesa desde 1990, a qual depois foi acertada, de acordo com as GOP.

No entanto, convém realçar quais as grandes naturezas da despesa desta rubrica:

Quadro nº 47 – Detalhe da rubrica de aquisição e serviços: 2008 - 2013

Classificação		Orçamento da Despesa											
Código	Descrição	2008	2009	2010	2011	2012	2013						
0202	Aquisição de Bens e Serviços	19.599.250	100%	33.403.500	100%	41.549.150	100%	38.738.515	100%	39.248.178	100%	41.725.580	100%
020201	Encargos com instalações	1.696.000	9%	2.025.000	6%	2.990.000	7%	2.735.015	7%	4.295.500	11%	6.254.750	15%
020210	Transportes	4.180.500	21%	12.630.000	38%	14.230.000	34%	10.137.000	26%	8.260.600	21%	8.098.000	19%
020216	Seminários, Exposições e Similar	2.581.750	13%	3.650.500	11%	4.744.700	11%	5.782.030	15%	2.577.905	7%	2.427.700	6%
020217	Publicidades	897.000	5%	908.500	3%	2.260.850	5%	3.745.055	10%	6.780.280	17%	6.697.840	16%
020219	Assistência Técnica	591.000	3%	835.000	2%	1.415.000	3%	933.000	2%	1.262.755	3%	257.500	1%
02022001	Limpeza Urbana/Praias	500.000	3%	1.000.000	3%	600.000	1%	1.400.000	4%	1.065.500	3%	920.500	2%
02022002	Manutenção de Espaços Verdes	1.500.000	8%	2.050.000	6%	2.100.000	5%	3.050.000	8%	2.350.500	6%	2.350.500	6%
02022502	Rendas e Alugueres	417.250	2%	544.500	2%	870.100	2%	791.005	2%	1.513.500	4%	1.544.650	4%
02022506	Alojamento e Refeições de Tercei	344.500	2%	546.500	2%	956.500	2%	595.800	2%	427.300	1%	412.350	1%
02022507	Outros Serviços	1.499.500	8%	2.040.500	6%	2.828.500	7%	3.691.255	10%	4.236.330	11%	4.281.520	10%
	Diversos	5.391.750	28%	7.173.000	21%	8.553.500	21%	5.878.355	15%	6.478.008	17%	8.480.270	20%

As quantias orçamentadas em **subsídios**, correspondem a transferências efetuadas pela CMP para as empresas públicas municipais e intermunicipais, tendo sido o ano de 2011 aquele que teve uma maior orçamentação, com 60,05 milhões de euros, em resultado de compromissos assumidos com as empresas municipais, mais concretamente a PU. As quantias inscritas nesta rubrica resultam do apoio à realização dos planos de atividade.

De acordo com o executivo a redução em 74% das despesas relativas aos



subsídios em 2012, face a 2011, está de acordo com as medidas previstas no Plano de Saneamento Financeiro.

Para o ano de 2013, o município considerou um valor 50% inferior aos compromissos existentes em 2011, com um crescimento anual médio de 4,5%, para os anos seguintes.

No que diz respeito às **aquisições de bens de capital**, que em média representam 24% das despesas orçamentadas, resultaram da estimativa para a aquisição de bens duradouros – de investimento, relativamente a:

Quadro nº 48 – Detalhe da rubrica de aquisição de bens de capital: 2008 - 2013

Classificação	Orçamento da Despesa													
	Código	Descrição	2008	2009	2010	2011	2012	2013						
0207	Aquisição de bens de capital		40.538.500	100%	40.588.000	100%	40.522.835	100%	44.224.950	100%	50.931.545	100%	32.856.785	100%
0207010202	Habitacões - Aquisição		5.000.000	12%	4.500.000	11%	200.000	0%	500	0%	100	0%	125.000	0%
0207010203	Habitacões - Reparação e Beneficiação		350.000	1%	800.000	2%	1.411.500	3%	1.230.000	3%	1.095.000	2%	1.233.457	4%
0207010302	Edifícios - Inst. Desport. e recreativas		2.530.000	6%	3.010.000	7%	4.000.500	10%	5.121.500	12%	3.106.000	6%	3.616.182	11%
0207010305	Edifícios - Escolas		3.320.000	8%	2.115.000	5%	9.729.200	24%	12.787.100	29%	10.515.100	21%	10.547.737	32%
0207010307	Edifícios - Outros		8.402.500	21%	5.425.000	13%	4.920.500	12%	5.579.500	13%	13.801.995	27%	4.400.096	13%
0207010401	Construções - Viadutos, arruamentos		4.470.500	11%	7.500.000	18%	5.811.500	14%	5.579.500	13%	4.811.000	9%	4.819.992	15%
0207010413	Construções - Outras		3.856.500	10%	4.175.000	10%	4.744.500	12%	4.885.500	11%	4.590.600	9%	3.768.773	11%
0207011002	Equipamento Básico		3.037.500	7%	2.760.000	7%	2.239.500	6%	1.616.100	4%	1.333.250	3%	1.301.385	4%
	Diversos		9.571.500	24%	10.303.000	25%	7.665.635	19%	7.425.750	17%	11.678.600	23%	3.169.163	10%

Como se pode comprovar pelo quadro acima, o orçamento relativo à aquisição de bens de capital resulta de despesa com instalações desportivas e recreativas, escolas, viadutos e arruamentos, e equipamentos básico. Estas quantias encontram-se nas GOP, mais concretamente no PPI.

As **Transferências de Capital** previstas corresponderam maioritariamente a transferência efetuadas para empresas municipais, neste caso concreto a PU, para financiar as suas necessidades de capital. As verbas aqui orçamentadas encontravam-se previstas nas GOP, no PAM.

A rubrica de **Ativos Financeiros** teve alguma flutuação nas quantias orçamentadas, na medida em que resultavam da estimativa efetuada pelo Município para a cobertura dos resultados operacionais negativos, acrescidos dos encargos financeiros, das empresas pertencentes ao Sector Empresarial Local.

6.1.2. Preparação das Grandes Opções do Plano

6.1.2.1. Geral

Nas GOP são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico do município, incluindo o PPI e o PAM.

No quadro abaixo encontram-se resumidas as GOP assumidas para o



quinquénio 2009 -2013 (no anexo 3 encontra-se o quadro mais detalhado):

Quadro nº 49 – Resumo das GOP: 2009 - 2013

	Grande Opções do Plano									
	2009		2010		2011		2012		2013	
1 Funções Gerais	4.795.000	4%	6.359.050	5%	8.112.250	5%	12.371.245	8%	9.170.238	6%
1.1 Serviços gerais de Administração Pública	3.775.000	3%	5.847.550	5%	7.429.250	5%	11.887.245	8%	8.836.176	6%
1.2. Segurança e Ordem Pública	1.020.000	1%	511.500	0%	683.000	0%	484.000	0%	334.062	0%
2 Funções Sociais	47.402.500	44%	49.669.435	38%	54.064.895	33%	53.900.610	35%	39.916.797	25%
2.1. Educação	4.261.000	4%	15.246.785	12%	17.703.950	11%	14.920.180	10%	14.866.206	9%
2.3. Segurança e Acção Social	2.405.000	2%	3.945.500	3%	3.980.500	2%	1.955.450	1%	1.972.853	1%
2.4. Habitação e Serviços Colectivos	19.920.000	18%	10.156.000	8%	13.867.500	9%	23.713.995	15%	9.256.437	6%
2.5. Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	20.816.500	19%	20.321.150	16%	18.512.945	11%	13.310.985	9%	13.821.301	9%
3 Funções Económicas	19.642.500	18%	20.725.500	16%	19.354.500	12%	13.744.300	9%	13.924.210	9%
3.1. Agricultura, Pecuária, Sívic., Caça e Pesca	75.000	0%	30.000	0%	25.500	0%	400.000	0%	377.720	0%
3.2. Indústria e Energia	335.000	0%	490.000	0%	180.500	0%	106.750	0%	184.595	0%
3.3. Transportes e Comunicações	19.105.000	18%	20.202.000	16%	16.645.500	10%	13.236.550	9%	13.052.395	8%
3.4. Comércio e Turismo	127.500	0%	3.500	0%	2.503.000	2%	1.000	0%	309.500	0%
4 Outras Funções	36.775.000	34%	52.615.500	41%	80.493.500	50%	73.651.000	48%	95.207.550	60%
4.1. Operações de Dívida da Autarquia	6.100.000	6%	6.100.000	5%	9.665.000	6%	11.800.000	8%	18.060.620	11%
4.2. Transferência entre Administrações	15.675.000	14%	46.515.000	36%	69.301.000	43%	51.751.000	34%	66.322.980	42%
4.3. Diversas não especificadas	15.000.000	14%	500	0%	1.527.500	1%	10.100.000	7%	10.823.950	7%
Total	108.615.000	100%	129.369.485	100%	162.025.145	100%	153.667.155	100%	158.218.795	100%

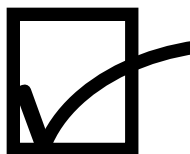
Como se pode verificar pelo quadro acima, inicialmente as funções sociais representavam 44% do total das GOP, seguidas das outras funções, com 34%. Em 2013, essa situação alterou-se completamente, passando as outras funções, onde se inclui dívida contraída pela autarquia e transferências para empresas municipais, a representar 60% das GOP, em detrimento das funções sociais que passaram a representar apenas 25%.

Ao nível das **funções sociais**, a educação passou a assumir uma parte relevante das GOP, visto que em 2009 representava 9% das despesas sociais passando em 2013 a representar 37%. Por outro lado, constata-se a existência de um menor investimento na habitação e serviços coletivos, que inicialmente representavam 42% das funções sociais passando apenas a representar 23% em 2013.

Ainda ao nível das funções sociais, podemos verificar o peso que a cultura, o desporto, o recreio e o lazer tinham nas GOP, quando comparados com outras funções sociais como a habitação.

No que diz respeito às **funções económicas**, cujo peso nas GOP em 2009 era de 18% passou em 2013 a significar apenas 9%, na medida que entre 2009 e 2011 o orçamento previa cerca de 20 milhões, enquanto para 2013, o orçamento foi de apenas 14 milhões. Nestas funções, realçam-se os transportes rodoviários, que em média representam 90% do orçamento da despesa para esta função. A este facto não são alheias as quantias em dívida à frota azul, derivadas do circuito urbano de transportes públicos “Vai e Vem”.

As **outras funções**, que em 2009 representavam 34% das GOP (36,7 milhões) e



em 2013, 60% (95 milhões), traduzem essencialmente a transferência de verbas para empresas municipais, cujo peso em 2013 era de 70%, seguida das operações de dívida da autarquia, com 19%.

6.1.2.2. Plano Plurianual de Investimentos

O PPI aprovado pelo município tem sempre um horizonte temporal de 4 anos e inclui todos os projetos e ações a realizar no âmbito dos objetivos estabelecidos pela Câmara e explícita a respetiva precisão de despesa.

O resumo do PPI durante o quinquénio 2009-2013 (quadro detalhado no anexo 4) é o seguinte:

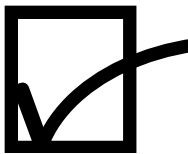
Quadro nº 50 – Resumo do PPI: 2009 - 2013

	Plano Plurianual de Investimento									
	2009		2010		2011		2012		2013	
1 Funções Gerais	2.620.000	6%	3.079.550	8%	2.717.250	6%	3.983.300	8%	1.221.833	4%
1.1 Serviços gerais de Administração Pública	2.115.000	5%	3.013.050	7%	2.666.750	6%	3.981.800	8%	1.163.271	4%
1.2. Segurança e Ordem Pública	505.000	1%	66.500	0%	50.500	0%	1.500	0%	58.562	0%
2 Funções Sociais	31.002.000	76%	30.770.285	76%	34.670.200	78%	39.455.945	81%	26.055.792	79%
2.1. Educação	2.720.500	7%	12.505.285	31%	14.475.200	33%	11.814.900	24%	11.949.426	36%
2.3. Segurança e Acção Social	125.000	0%	296.000	1%	227.000	1%	41.750	0%	133.053	0%
2.4. Habitação e Serviços Coletivos	16.780.000	41%	7.301.000	18%	9.012.000	20%	19.994.995	41%	5.733.187	17%
2.5. Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	11.376.500	28%	10.668.000	26%	10.956.000	25%	7.604.300	16%	8.240.126	25%
3 Funções Económicas	6.966.000	17%	6.673.000	16%	6.837.500	15%	5.491.300	11%	5.579.160	17%
3.1. Agricultura, Pecuária, Sívic., Caça e Pesca	75.000	0%	30.000	0%	25.500	0%	400.000	1%	377.720	1%
3.2. Indústria e Energia	335.000	1%	490.000	1%	180.500	0%	106.750	0%	184.595	1%
3.3. Transportes e Comunicações	6.555.000	16%	6.152.000	15%	6.630.500	15%	4.984.550	10%	5.016.845	15%
3.4. Comércio e Turismo	1.000	0%	1.000	0%	1.000	0%	0	0%	0	0%
4 Outras Funções	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
4.1. Operações de Dívida da Autarquia	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
4.2. Transferência entre Administrações	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
4.3. Diversas não especificadas	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Total	40.588.000	100%	40.522.835	100%	44.224.950	100%	48.930.545	100%	32.856.785	100%

De acordo com o mapa acima as despesas relacionadas com os investimentos plurianuais registaram uma diminuição de 19% (7,7 milhões) no quinquénio 2009-2013. Salienta-se o peso, no total do investimento, que as funções sociais mantiveram ao longo dos cinco anos (76% em 2009 e 79% em 2013).

Em relação às **funções sociais**, são as despesas com a habitação e serviços coletivos e os serviços culturais, recreativos e religiosos, que em 2009 representavam 90% (37,9 milhões) da função contrapondo com 53% (31,5 milhões de euros) em 2013. Esta redução no peso das duas rubricas resulta do facto de a educação ter tido alguma relevância com a construção da escola da Bemposta (2010: 7,6 milhões; 2011: 8,1 milhões; 2012: 8,2 milhões e 2013: 7,7 milhões).

Nos investimentos orçamentados para a habitação e serviços coletivos, que



variam entre 5,7 milhões em 2013 e os 19,9 milhões em 2012, salienta-se em 2009 os 5,5 milhões correspondentes à aquisição de habitação, de prédios urbanos e terrenos, e os 2,25 milhões para o arranjo urbanístico da Praia da Rocha. Para 2012 a aquisição de habitação, prédios urbanos e terrenos cresce para 14 milhões e o arranjo urbanístico da Praia da Rocha fica em 2,27 milhões. Em relação a 2013, os 5,7 milhões orçamentados são influenciados por 2 milhões para o arranjo urbanístico da Praia da Rocha.

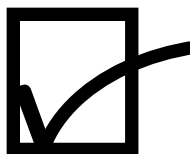
No que diz respeito aos serviços culturais, recreativos e religiosos, com um orçamento que se situa em 11,3 milhões em 2009 e os 7,6 milhões em 2012, foi influenciado em 2009, 2010 e 2011 pela remodelação do “Edifício Sárra Prado”, com cerca de 4 milhões. Em 2012 e 2013 a quantia para esse investimento era de cerca de 3 milhões. Salienta-se a existência de um conjunto de investimentos a efetuar no Museu (desde obras de adaptação, implementação de exposição permanente e aquisição de imobiliário e equipamento), que em 2009 estavam orçamentadas em 1,5 milhões, em 2010 com 0,9 milhões, em 2011 com 1,1 milhões, em 2012 com 0,9 milhões e em 2013 com 0,7 milhões.

Assumiu ainda relevância a construção da piscina municipal da Mexilhoeira Grande, com cerca de 1 milhão no conjunto dos cinco anos.

Passando para as **funções económicas**, que entre 2009 e 2013 tiveram um orçamento na ordem 6 milhões, os transportes rodoviários possuíam um peso que rondou, em termos médios, os 91% (5,6 milhões), e os investimentos mais representativos eram, em 2009, a construção, manutenção e reparação de vias urbanas e não urbanas, com 1,5 milhões, em 2010 o investimento passou a ser de 2,75 milhões, de 3 milhões em 2011, de 2,5 milhões em 2012, e de 2,3 milhões em 2013.

6.1.2.3. Plano de Atividades Municipal

De seguida apresentamos um resumo do plano de atividades do município (quadro detalhado encontra-se no anexo 5) no quinquénio 2009-2013:



Quadro nº 51 – Resumo do PAM: 2009 - 2013

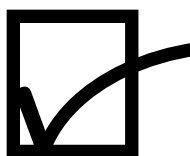
		Plano Actividades Municipal									
		2009		2010		2011		2012		2013	
1	Funções Gerais	2.175.000	3%	3.279.500	4%	5.395.000	5%	8.387.945	8%	7.948.405	6%
1.1	Serviços gerais de Administração Pública	1.660.000	2%	2.834.500	3%	4.762.500	4%	7.905.445	8%	7.672.905	6%
1.2	Segurança e Ordem Pública	515.000	1%	445.000	1%	632.500	1%	482.500	0%	275.500	0%
2	Funções Sociais	16.400.500	24%	18.899.150	21%	19.394.695	16%	14.444.665	14%	13.861.005	11%
2.1	Educação	1.540.500	2%	2.741.500	3%	3.228.750	3%	3.105.280	3%	2.916.780	2%
2.3	Segurança e Acção Social	2.280.000	3%	3.649.500	4%	3.753.500	3%	1.913.700	2%	1.839.800	1%
2.4	Habituação e Serviços Colectivo	3.140.000	5%	2.855.000	3%	4.855.500	4%	3.719.000	4%	3.523.250	3%
2.5	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	9.440.000	14%	9.653.150	11%	7.556.945	6%	5.706.685	5%	5.581.175	4%
3	Funções Económicas	12.676.500	19%	14.052.500	16%	12.517.000	11%	8.253.000	8%	8.345.050	7%
3.1	Agricultura, Pecuária, Sív., Caça e Pesca	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
3.2	Indústria e Energia	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
3.3	Transportes e Comunicações	12.550.000	18%	14.050.000	16%	10.015.000	9%	8.252.000	8%	8.035.550	6%
3.4	Comércio e Turismo	126.500	0%	2.500	0%	2.502.000	2%	1.000	0%	309.500	0%
4	Outras Funções	36.775.000	54%	52.615.500	59%	80.493.500	68%	73.651.000	70%	95.207.550	76%
4.1	Operações de Dívida da Autarquia	6.100.000	9%	6.100.000	7%	9.665.000	8%	11.800.000	11%	18.060.620	14%
4.2	Transferência entre Administrações	15.675.000	23%	46.515.000	52%	69.301.000	59%	51.751.000	49%	66.322.980	53%
4.3	Diversas não especificadas	15.000.000	22%	500	0%	1.527.500	1%	10.100.000	10%	10.823.950	9%
Total		68.027.000	100%	88.846.650	100%	117.800.195	100%	104.736.610	100%	125.362.010	100%

Do quadro acima exposto, podemos constatar numa primeira análise o aumento, em 83%, de 2009 para 2013, das despesas relacionadas com as atividades municipais (variação de 57 milhões).

Em 2009, as **outras funções** assumiam um peso de 54% (36,7 milhões) nas despesas relacionadas com as atividades municipais, tendo as **funções sociais**, um peso de 24% (16,4 milhões) e as **funções económicas** um peso de 19% (12,6 milhões). O peso das duas últimas funções foi-se reduzindo ao longo dos cinco anos, face ao aumento substancial do peso das outras funções, que em 2013 já representavam 76% (95,2 milhões).

Deste modo, podemos concluir que a aposta da câmara no desenvolvimento das suas atividades municipais, passou essencialmente pela transferência de verbas, ao abrigo de contratos-programa para as empresas municipais e intermunicipais, com menor ênfase no desenvolvimento das funções sociais e económicas.

O quadro abaixo, expõe a evolução das despesas com as atividades de **outras funções**:



Quadro nº 52 – Detalhe das outras funções: 2009 – 2013

	Plano Actividades Municipal									
	2009		2010		2011		2012		2013	
4 Outras Funções	36.775.000	100%	52.615.500	100%	80.493.500	100%	73.561.000	100%	95.207.550	100%
4.1. Operações de Dívida da Autarquia	6.100.000	17%	6.100.000	12%	9.665.000	12%	11.800.000	16%	18.060.620	19%
Encargos Correntes da Dívida - Juros - Emp CP	100.000	0%	100.000	0%	165.000	0%	150.000	0%	150.000	0%
Encargos Correntes da Dívida - Juros - Emp MLP	1.500.000	4%	1.500.000	3%	5.000.000	6%	5.850.000	8%	3.541.100	4%
Encargos Correntes da Dívida - Juros - Emp MLP - Estado	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	3.254.322	3%
Amortização de Empréstimos CP	3.000.000	8%	3.000.000	6%	3.000.000	4%	3.000.000	4%	3.000.000	3%
Amortização de Empréstimos MLP	1.500.000	4%	1.500.000	3%	1.500.000	2%	2.800.000	4%	4.398.390	5%
Amortização de Empréstimos MLP - Estado	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	3.716.808	4%
4.2. Transferência entre Administrações	15.675.000	43%	46.515.000	88%	69.301.000	86%	51.751.000	70%	66.322.980	70%
Transf. Freguesias/ Contratos Programa / Desp Func.	750.000	2%	750.000	1%	650.000	1%	650.000	1%	455.000	0%
Transf. Freguesias/ Contratos Programa / Desp Inv.	250.000	1%	360.000	1%	500	0%	500	0%	0	0%
Contratos Programa com Emp. Municp - Desp Activ.	5.000.000	14%	25.750.000	49%	60.050.000	75%	15.000.000	20%	58.025.039	61%
Compart.construção da Sede Junta Freg Port.	175.000	0%	105.000	0%	500	0%	500	0%	0	0%
Contratos Programa com Emp. Municp - Desp Inv.	9.500.000	26%	19.550.000	37%	8.600.000	11%	36.100.000	49%	7.842.941	8%
4.3. Diversas não especificadas	15.000.000	41%	500	0%	1.527.500	2%	10.010.000	14%	10.823.950	11%
Part. Cap. Prop. Emp Municipais	15.000.000	41%	500	0%	27.500	0%	10.000.000	14%	10.573.950	11%
Part. Em Associações Publico e/ou Privadas	0	0%	0	0%	1.500.000	2%	10.000	0%	250.000	0%

Capital Social 5.000,00 Euros

Contribuinte n.º 503 342 742

Como se pode constatar, existiu durante estes cinco anos um aumento substancial das transferências entre administrações, mais concretamente transferência para empresas municipais e intermunicipais ao abrigo de contratos-programa celebrados.

Verifica-se ainda um aumento de 12 milhões nas responsabilidades assumidas com o pagamento de encargos e amortização de empréstimos contraídos.

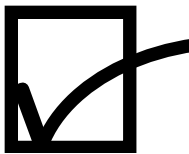
A despesa diversa não especificada corresponde à estimativa efetuada pela Câmara para a reposição de capital quando as empresas participadas tivessem resultado líquido negativo.

6.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA E DA DESPESA

6.2.1. Alterações/Modificações Orçamentais

O art.º 13.º do SCI, estabelece que há lugar a revisões orçamentais quando:

- Ocorrer um aumento da despesa orçada para acorrer a despesas não previstas, salvo quando se trata de receitas legalmente consignadas, empréstimos contraídos e aplicação de nova tabela de vencimentos;
- Houver um saldo apurado do ano anterior;
- Existir um excesso de cobrança em relação à totalidade das receitas orçamentadas, ou de outras receitas que o município esteja autorizado a receber.



Estabelece ainda o art.º 14, do SCI que poderão existir alterações ao orçamento ao longo do exercício económico, para acorrer a despesa insuficientemente orçamentada. As alterações podem consistir em reforços de dotações da receita e/ou da despesa resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações.

Quer as revisões orçamentais, quer as alterações ao orçamento encontram-se previstas no POCAL.

Durante os anos em análise foram efetuadas várias modificações/alterações orçamentais, que totalizaram:

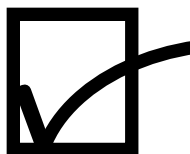
- 19 alterações / modificações em 2009;
- 23 alterações / modificações em 2010;
- 18 alterações / modificações em 2011;
- 20 alterações / modificações em 2012;
- 21 alterações / modificações em 2013.

De salientar ainda que, de acordo com o art.º 22 e 23.º do SCI, as modificações orçamentais, devem ser propostas pelo diretor do departamento que tem essa necessidade, mediante informação dirigida ao diretor do DSS (ex-DAF) fundamentando a sua necessidade e imprevisibilidade, bem como, indicando a sua expressa contrapartida orçamental. Posteriormente cabe ao diretor do DSS (ex-DAF) elaborar as modificações orçamentais, mediante informação dirigida ao Presidente da Câmara. Poderá também ser necessário solicitar por escrito aos restantes diretores de departamento a descabimentação de uma determinada rubrica.

De acordo com informações recolhidas junto dos diretores dos departamentos, estes, em regra, não terão sido ouvidos, nem previamente informados das modificações orçamentais que ocorriam no município. No entanto, o diretor do DSS (ex-DAF) esclareceu que os diretores sempre tiveram, por definição, acesso ao sistema informático que permitia visualizar a execução orçamental das rubricas por eles geridas, nomeadamente, dotação orçamental inicial e atual, cabimentações, compromissos, faturas e pagamentos, bem como a dotação disponível para cada projeto.

De salientar ainda que, quando havia necessidade de cabimentar determinado projeto, eram os responsáveis que sugeriam as rubricas de contrapartida a essa dotação.

Através da leitura das atas das reuniões do município, podemos constatar que as modificações orçamentais foram a reunião de câmara para serem aprovadas.



6.2.2. Análise à Execução da Receita

Nos quadros abaixo, demonstra-se a execução da receita ao longo do quinquénio, face ao que foi previamente orçamentado. Salieta-se que, durante a execução do orçamento da receita, este não foi objeto de qualquer correção.

Quadro nº 53 – Resumo da Execução da Receita face ao Orçamentado: 2009 – 2013

	2009			2010			2011		
	Orçamentado	Executado	Execução	Orçamentado	Executado	Execução	Orçamentado	Executado	Execução
Receitas Correntes	73.655.610	41.172.143	56%	103.263.534	39.473.493	38%	61.050.721	38.803.325	64%
Receitas de Capital	64.579.440	15.238.663	24%	62.685.951	7.267.268	12%	130.804.479	6.793.266	5%
Outras Receitas	0	0	0%	0	0	0%	0	0	0%
Total	138.235.050	56.410.806	41%	165.949.485	46.740.761	28%	191.855.200	45.596.591	24%

	2012			2013		
	Orçamentado	Executado	Execução	Orçamentado	Executado	Execução
Receitas Correntes	84.577.075	34.995.816	41%	41.836.132	39.349.158	94%
Receitas de Capital	103.259.363	3.691.558	4%	150.087.213	3.580.956	2%
Outras Receitas	0	716.167	#DIV/0!	265.805	307.560	116%
Total	187.836.438	39.403.541	21%	192.189.150	43.237.674	22%

Tal como se encontra exposto, não existiu nenhum ano, entre 2009 e 2013, em que a execução das receitas atingisse pelo menos 50% face ao orçamento, sendo que o ano em que se atingiu uma maior execução foi o de 2009, com 41%.

Ao nível das receitas correntes, o ano de 2013 foi aquele que teve uma maior execução, com 94%. A esta situação não é alheio o facto de o orçamento ter sido efetuado com base em cálculos construídos para servir de suporte à candidatura ao PAEL, do que releva um maior cuidado na estimativa efetuada. No entanto, também foi o ano em que as receitas de capital obtiveram uma menor execução, apenas 2%, fruto de o município não ter contraído nenhum dos empréstimos de curto e médio e longo prazo que se encontravam previstos (140 milhões).

O ano de 2013 foi, também, aquele em que, pela primeira vez desde 2009, as receitas cobradas tiveram um acréscimo face ao ano anterior.

Outra situação que se ressalva é o facto de, ao nível do orçamento, as receitas de capital terem assumido um peso significativo (em 2009 eram 47% do total das receitas, passando para 78% em 2013), quando comparadas com as correntes, e terem tido uma execução tão baixa, o que nos leva a afirmar que os pressupostos para a elaboração do orçamento relativo às receitas de capital, assentavam em perspetivas não muito realistas, as quais, no entanto, se encontravam previstas no Plano de Saneamento Financeiro aprovado em AM



No anexo 6, demonstramos a execução da receita por grandes rubricas, sendo que o seu resumo é o seguinte:

Quadro nº 54 – Resumo da Execução da Receita face ao Orçamentado: 2009 – 2013 – 2º detalhe

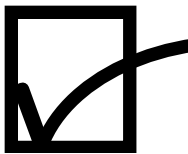
Código	Descrição	Execução Orçamento da Receita								
		2008			2009			2010		
		Previsões Iniciais/Corrigidas	Montante Executado	% execução	Previsões Iniciais/Corrigidas	Montante Executado	% execução	Previsões Iniciais/Corrigidas	Montante Executado	% execução
	RECETAS CORRENTES	54.111.588	43.278.211	80%	73.655.610	41.172.143	56%	103.263.534	39.473.493	38%
01	Impostos Directos	37.200.010	28.910.743	78%	29.022.505	22.275.130	77%	30.000.000	22.038.390	73%
02	Impostos Indirectos	4.722.500	3.748.046	79%	5.175.755	3.720.967	72%	5.550.000	1.721.983	31%
04	Taxas, Multas e Outros	807.250	682.012	84%	747.000	489.157	65%	890.000	465.320	52%
05	Rendimentos de Propriedade	1.818.500	1.936.154	106%	26.428.000	1.349.931	5%	55.570.000	5.633.991	10%
06	Transferências Correntes	6.409.553	6.235.396	97%	9.154.925	10.571.504	115%	6.152.334	5.675.774	92%
07	Venda de bens e serviços Correntes	2.592.275	1.350.183	52%	2.523.425	2.264.686	90%	4.280.000	1.362.268	32%
08	Outras Receitas Correntes	561.500	415.676	74%	604.000	500.769	83%	821.200	2.575.768	314%
	RECETAS DE CAPITAL	46.293.922	16.146.119	35%	64.554.440	15.214.225	24%	62.655.951	7.266.613	12%
09	Vendas de Bens de Investimento	24.409.250	390.923	2%	48.379.750	792.435	2%	48.925.000	383.147	1%
10	Transferências de Capital	8.425.922	4.712.371	56%	5.499.440	3.500.803	64%	8.300.951	3.806.751	46%
11	Activos Financeiros	100.000	77.238	77%	100.000	80.446	80%	150.000	76.715	51%
12	Passivos Financeiros	13.350.000	10.901.238	82%	10.500.000	10.840.541	103%	5.250.000	3.000.000	57%
13	Outras Receitas de Capital	8.750	64.349	735%	75.250	0	0%	30.000	0	0%
	OUTRAS RECETAS	10.000	21.079	211%	25.000	24.438	98%	30.000	655	2%
15	Reposições não abatidas nos pagame	10.000	21.079	211%	25.000	24.438	98%	30.000	655	2%
16	Saldo de Gerência Anterior	0	0		0	0		0	0	
	TOTAL	100.415.510	59.445.409	59%	138.235.050	56.410.806	41%	165.949.485	46.740.761	28%

Capital Social 5.000,00 Euros

Contribuinte n.º 503 342 742

Código	Descrição	Execução Orçamento da Receita								
		2011			2012			2013		
		Previsões Iniciais/Corrigidas	Montante Executado	% execução	Previsões Iniciais/Corrigidas	Montante Executado	% execução	Previsões Iniciais/Corrigidas	Montante Executado	% execução
	RECETAS CORRENTES	61.050.651	38.803.325	64%	83.904.007	34.995.816	42%	41.836.132	39.349.158	94%
01	Impostos Directos	25.766.912	23.546.341	91%	27.978.828	22.056.288	79%	26.646.509	26.419.582	99%
02	Impostos Indirectos	4.353.761	1.033.105	24%	1.097.689	916.394	83%	1.053.767	976.961	93%
04	Taxas, Multas e Outros	747.688	428.429	57%	449.551	338.202	75%	1.422.992	237.371	17%
05	Rendimentos de Propriedade	19.010.295	2.513.300	13%	42.001.340	1.650.573	4%	1.899.590	1.881.363	99%
06	Transferências Correntes	9.150.688	7.412.342	81%	9.424.257	7.340.956	78%	7.104.292	7.874.970	111%
07	Venda de bens e serviços Correntes	643.787	2.352.073	365%	674.827	903.370	134%	2.254.323	647.014	29%
08	Outras Receitas Correntes	1.377.520	1.517.734	110%	2.277.515	1.790.035	79%	1.454.659	1.311.898	90%
	RECETAS DE CAPITAL	130.791.939	6.784.218	5%	103.249.253	3.691.558	4%	150.087.213	3.580.956	2%
09	Vendas de Bens de Investimento	27.117.804	3.641.606	13%	140.620	83.980	60%	4.036.200	52.500	1%
10	Transferências de Capital	3.953.455	3.067.262	78%	6.388.013	1.921.827	30%	1.197.351	1.880.703	157%
11	Activos Financeiros	79.110	75.350	95%	79.065	1.575.104	1992%	4.762.708	1.590.982	33%
12	Passivos Financeiros	99.641.470	0	0%	96.641.465	0	0%	140.040.904	0	0%
13	Outras Receitas de Capital	100	0	0%	100	110.647	110647%	50.050	56.771	113%
	OUTRAS RECETAS	12.610	9.048	72%	683.178	716.167	105%	265.805	307.560	116%
15	Reposições não abatidas nos pagame	12.610	9.048	72%	10.110	43.099	426%	25.000	66.756	267%
16	Saldo de Gerência Anterior	0	0		673.068	673.068		240.805	240.805	
	TOTAL	191.855.200	45.596.590	24%	187.836.438	39.403.541	21%	192.189.150	43.237.675	22%

Os impostos directos tiveram uma execução média de 2009 a 2013, de 84%, sendo que no ano de 2013 a execução foi de 99%. Para esta situação em muito contribuiu a execução do IMI, com 12% acima do orçamento inicial. De salientar



que a cobrança nesta rubrica nos últimos anos tem vindo a crescer em resultado da atualização do valor patrimonial dos imóveis, realizada pela Autoridade Tributária.

Em relação à rubrica taxas, multas e outros, a sua execução tem sido sempre acima de 50%. No entanto em 2013, a execução foi de apenas 17%, o que foi influenciado pelo adiamento da aplicação/cobrança para 2014 da cobrança da taxa de proteção civil.

Os rendimentos de propriedade foi uma das rubricas que registou uma baixa execução entre 2009 e 2012 (entre 4% e 13%), tendo em 2013 uma execução de 99%, depois de, segundo cremos, a previsão no orçamento ter sido mais realista e de acordo com pressupostos fidedignos e concretizáveis. O peso das receitas desta rubrica no cômputo total das receitas, também diminuiu em 2013 para 1%, ao contrário do que aconteceu durante o período, em que o peso média destas receitas no total era de 21%.

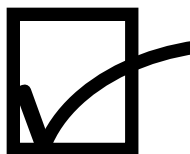
A fraca execução desta rubrica, decorre da não execução de qualquer quantia em 2009 e 2010 para as rendas de edifícios (20 milhões, e 50 milhões, respetivamente). Em 2011 e 2013, ocorreu foi a não execução de rendas de outros (15 milhões, e 18 milhões, respetivamente).

As situações acima mencionadas, resultam da não realização do projeto de constituição de um fundo imobiliário, que supostamente iria trazer para o município receitas com a rendibilidade do mesmo.

No que diz respeito à venda de bens de investimento, podemos constatar uma execução média no quinquénio de 15%, sendo que o peso médio da rubrica no total das receitas orçamentadas foi de 15%.

Em 2009 e 2010, tinham sido orçamentados 42,5 milhões com a venda de edifícios, não tendo sido executada qualquer quantia. Em 2011 o orçamento referia 27 milhões para a alienação de terrenos, tendo o município apenas realizado a alienação de 3,5 milhões.

A rubrica de passivos financeiros, que de 2011 a 2013 representava mais de 50% das receitas orçamentadas, não tendo sido realizada qualquer quantia nesses anos, ou seja, durante o triénio (2011-2013), o município não contraiu qualquer novo empréstimo de curto ou médio e longo prazo. No entanto, tenha-se presente, pela análise dos dados financeiros, que se constatou um aumento das dívidas a terceiros e das dívidas relativas a *factoring*.



Caso o orçamento tivesse sido efetuado sem alguma das rubricas acima indicadas, rubricas essas cuja execução é nula ou quase residual, a execução da receita seria superior a 50% em todos os anos, conforme se demonstra no quadro abaixo.

**Quadro nº 55 – Correção da execução da receita sem algumas rubricas:
2009 - 2013**

	2009	2010	2011	2012	2013
Total do Orçamento	138.235.050	165.949.485	191.855.200	187.836.438	192.189.150
Rendimentos de Propriedade	20.000.000	50.000.000	15.000.000	34.351.045	0
Venda de bens de Investimento	42.501.750	42.535.000	27.035.084	0	4.000.000
Passivos Financeiros	0	0	96.641.465	96.641.450	140.040.904
Orçamento corrigido s/ rubricas que não tiveram execução, ou execução residual	75.733.300	73.414.485	53.178.651	56.843.943	48.148.246
Execução total das receitas (real)	56.410.806	46.740.761	45.596.590	39.403.541	43.237.675
Execução com as correções	74%	64%	86%	69%	90%

6.2.3. Análise à Execução da Despesa

Ao nível da despesa, a sua execução global foi a seguinte:

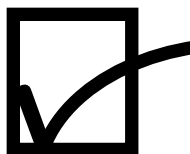
Quadro nº 56 – Resumo da execução global da despesa: 2009 - 2013

	2009			2010			2011		
	Orçamentado	Executado	% Execução	Orçamentado	Executado	% Execução	Orçamentado	Executado	% Execução
Despesa Corrente	100.419.897	45.355.061	45%	115.301.474	36.333.186	32%	136.697.509	39.128.255	29%
Despesa de Capital	37.815.153	11.090.975	29%	50.648.011	10.150.923	20%	55.157.691	6.646.680	12%
Total	138.235.050	56.446.036	41%	165.949.485	46.484.109	28%	191.855.200	45.774.935	24%

	2012			2013		
	Orçamenta do	Executado	% Execução	Orçamenta do	Executado	% Execução
Despesa Corrente	126.971.484	33.962.132	27%	129.705.160	33.683.810	26%
Despesa de Capital	60.864.954	5.655.497	9%	62.483.989	9.944.758	16%
Total	187.836.438	39.617.629	21%	192.189.149	43.628.568	23%

Tal como se pode verificar pelo resumo apresentado, a execução da despesa ao longo do quinquénio, também foi bastante reduzida, situando-se entre os 41% em 2009 e os 23% em 2013.

No anexo 7, apresenta-se um quadro detalhado com execução da despesa por grandes rubricas. No entanto, de seguida apresenta-se um resumo:



Quadro nº 57 – Resumo da execução do orçamento da despesa: 2009 - 2013

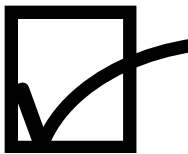
Cód.	Descrição	Execução Orçamento da Despesa											
		2009				2010				2011			
		Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido	Despesa Paga	% Execução	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido	Despesa Paga	% Execução	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido	Despesa Paga	% Execução
01 Assembleia Municipal		144.500	144.500	47.098	33%	205.000	213.777	38.660	18%	157.500	157.500	34.994	22%
0101 Despesas Com o Pessoal	75.000	75.000	41.405	56%	100.000	108.777	30.719	28%	100.000	100.000	29.574	0%	
0102 Aquisição de Bens e Serviços	67.000	67.000	5.693	8%	100.000	100.000	7.941	8%	55.000	55.000	5.420	0%	
0106 Outras Despesas Correntes	2.500	2.500	0	0%	5.000	5.000	0	0%	2.500	2.500	0	0%	
02 Câmara Municipal		138.090.550	138.090.550	56.398.939	41%	165.744.485	165.735.708	46.445.449	28%	191.697.700	191.697.700	45.739.941	24%
0201 Despesas com o Pessoal	16.581.550	16.316.923	15.614.944	96%	17.980.000	17.318.002	15.683.125	91%	17.364.885	17.778.384	15.750.757	8%	
0202 Aquisição de Bens e Serviços	33.403.500	36.848.482	16.228.962	44%	41.549.150	40.161.526	13.169.520	33%	38.738.515	45.335.603	10.638.859	6%	
0203 Juros e Outros Encargos	2.115.000	2.033.172	1.436.553	71%	3.080.000	2.415.329	1.620.573	67%	6.975.015	5.356.194	3.594.039	2%	
0204 Transferências Correntes	7.347.500	7.075.887	4.612.558	65%	8.807.000	8.385.908	4.733.636	56%	9.160.285	8.486.269	3.106.787	2%	
0205 Subsídios	5.100.000	36.646.335	6.068.497	17%	25.770.000	45.691.323	0	0%	60.057.505	58.579.091	5.169.343	3%	
0206 Outras Despesas Correntes	2.140.000	1.354.598	1.346.450	99%	1.430.000	1.115.610	1.087.673	97%	1.315.025	1.004.467	833.475	0%	
0207 Aquisição de bens de capital	40.588.000	28.384.547	6.266.269	22%	40.522.835	36.423.593	4.206.841	12%	44.224.950	40.877.372	4.046.455	2%	
0208 Transferências de Capital	11.300.000	4.644.189	3.066.644	66%	22.090.000	5.718.513	643.008	11%	9.334.005	8.519.336	42.281	0%	
0209 Activos Financeiros	15.000.000	47.243	21.193	45%	500	26.300	0	0%	27.500	26.820	0	0%	
0210 Passivos Financeiros	4.500.000	4.739.159	1.736.869	37%	4.500.000	8.479.590	5.301.073	63%	4.500.000	5.734.154	2.555.944	1%	
0211 Outras Despesas de Capital	15.000	15	0	0%	15.000	15	0	0%	15	9	0	0%	
Total	138.235.050	138.235.050	56.446.037	41%	165.949.485	165.949.485	46.484.109	28%	191.855.200	191.855.200	45.774.935	24%	

Cód.	Descrição	Execução Orçamento da Despesa							
		2012				2013			
		Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido	Despesa Paga	% Execução	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido	Despesa Paga	% Execução
01 Assembleia Municipal		48.200	76.450	27.928	37%	97.500	97.500	40.720	42%
0101 Despesas Com o Pessoal	30.500	42.500	24.861	0%	50.500	50.500	38.026	0%	
0102 Aquisição de Bens e Serviços	17.200	33.700	3.067	0%	45.000	45.000	2.694	0%	
0106 Outras Despesas Correntes	500	250	0	0%	2.000	2.000	0	0%	
02 Câmara Municipal		187.788.238	187.759.988	39.589.701	21%	191.850.845	192.091.650	43.587.848	23%
0201 Despesas com o Pessoal	14.005.500	14.141.367	13.127.213	7%	15.451.850	15.191.760	14.451.896	8%	
0202 Aquisição de Bens e Serviços	39.248.178	41.842.055	8.117.803	4%	41.725.580	39.020.096	6.715.423	4%	
0203 Juros e Outros Encargos	8.502.500	6.044.240	4.689.736	2%	6.952.922	9.576.251	4.118.447	2%	
0204 Transferências Correntes	6.052.250	6.920.245	2.663.501	1%	5.641.330	6.568.663	2.577.017	1%	
0205 Subsídios	15.085.500	57.320.153	4.743.657	2%	58.098.539	58.157.898	4.948.284	3%	
0206 Outras Despesas Correntes	1.176.250	626.974	592.294	0%	640.750	1.092.993	832.022	0%	
0207 Aquisição de bens de capital	50.931.545	35.357.307	3.406.448	2%	32.856.785	31.878.568	2.831.738	1%	
0208 Transferências de Capital	36.986.500	9.054.195	402.442	0%	8.790.941	10.645.949	679.864	0%	
0209 Activos Financeiros	10.000.000	10.573.918	627.934	0%	10.574.450	12.131.450	2.185.465	1%	
0210 Passivos Financeiros	5.800.000	5.879.520	1.218.673	1%	11.116.198	7.750.820	4.170.252	2%	
0211 Outras Despesas de Capital	15	15	0	0%	1.500	77.502	77.440	0%	
Total	187.836.438	187.836.438	39.617.629	21%	191.948.345	192.189.150	43.628.568	23%	

Da análise ao quadro acima, podemos verificar que as despesas com o pessoal tiveram uma execução média de 93%, sendo, no conjunto das rubricas, aquela que teve uma maior taxa de execução.

A rubrica de aquisição de bens de serviços, teve em 2009 uma execução de 44%, (16.234 milhares de euros) tendo em 2013 registado uma execução de 17% (6.718 milhares de euros). De uma maneira geral as grandes despesas foram:

- Transportes, com 3.237 milhares de euros em 2009, 2.181 milhares de euros em 2010, 1.807 milhares de euros em 2011, 182 milhares de euros em 2012, 121,2 milhares de euros em 2013;
- Seminários, exposições e eventos, com 3.204 milhares de euros em 2009, 2.304 milhares de euros em 2010, 1.253 milhares de euros em 2011, 952 milhares de euros em 2012, 305,3 milhares de euros em 2013;
- Alojamento e refeições de terceiros, com 652 milhares de euros em 2009, 448 milhares de euros em 2010, 153,3 milhares de euros em 2011, 136,7 milhares de euros em 2012, 69,8 milhares de euros em 2013;



- Eletricidade, com 1.330 milhares de euros em 2009, 1.630 milhares de euros em 2010, 2.154 milhares de euros em 2011, 1.670 milhares de euros em 2012, 2.245 milhares de euros em 2013;
- Manutenção de espaços verdes, com 701,6 milhares de euros em 2009, 254 milhares de euros em 2010, 166 milhares de euros em 2011, 184 milhares de euros em 2012, 30 milhares de euros em 2013;
- Rendas e Alugueres, com 494,7 milhares de euros em 2009, 678,8 milhares de euros em 2010, 670 milhares de euros em 2011, 211 milhares de euros em 2012, 320 milhares de euros em 2013.

Uma das rubricas que registou significativos desvios face à quantia orçamentada inicial foi a dos subsídios²⁸ que corresponde na sua grande maioria à transferência de quantias para as empresas municipais, mais concretamente para a PU. Como se pode verificar, em 2009 inicialmente estavam previstos 5,1 milhões tendo o orçamento sido corrigido para 36,6 milhões, dos quais foram liquidados apenas 6.068 milhares de euros. Em 2010 a diferença entre as duas realidades (orçamento inicial e corrigido) foi de 20 milhões e em 2012 de 42 milhões. No final de 2013, existiam compromissos assumidos e não pagos, relativos à rubrica em apreço, de 53.210 milhares de euros, quando em 2009 a quantia era de 30.577 milhares de euros.

O que se pode salientar, é que o orçamento da rubrica de subsídios era insuficiente face aos compromissos assumidos e face ao conhecimento que o município tinha das obrigações envolvidas.

No que diz respeito às aquisições de bens de capital, o orçamento teve uma acentuada correção face ao inicial no ano de 2009, com menos 12 milhões (-30%) e em 2012 com menos 15,6 milhões (-30%), sendo que a despesa média efetuada foi de 4,12 milhões (uma execução de 12,65%). Salienta-se ainda que no início de 2009, os compromissos assumidos e não pagos ascendiam a 19,5 milhões e em 2013 eram de 28,8 milhões (respeitantes, essencialmente, a edifícios, 16,5 milhões, e a construções diversas, 8,9 milhões).

Em relação às transferências de capital²⁹, cuja execução em 2009 foi de 66%, e em 2013 de 6%, constituem transferências efetuadas para empresas municipais, neste caso a PU. A despesa média desta rubrica no quinquénio foi de 966,4 milhares de euros, o que corresponde a uma execução média de 17,55%. Salienta-se ainda que, inicialmente, a rubrica tinha compromissos assumidos e

²⁸ São fluxos financeiros dos municípios para empresas públicas municipais ou intermunicipais, com o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos fatores de produção. **Fonte:** Direção geral das Autarquias Locais

²⁹ - As transferências de capital, são efetuadas para financiar despesas de capital das entidades receptoras.



ABREU & CIPRIANO, AUDITORES, SROC

Inscrita na O.R.O.C. sob o n.º 119

não pagos de 1.577 milhares de euros em 2009, com essa quantia a assumir 9.966 milhares de euros em 2013.

De seguida apresenta-se um quadro resumo das dotações iniciais, corrigidas, compromissos assumidos no ano, despesa paga no ano e a diferença entre compromisso e pagamento de cada ano.

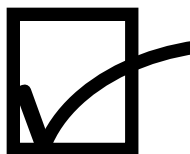
Quadro nº 58 – Resumo entre o orçamento inicial, corrigido, compromissos assumidos, despesa paga e a diferença entre compromisso e pagamento em cada ano

Código	Descrição	2009					2010				
		Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido	Compromissos Assumidos - 2009	Despesa Paga - Ano	Diferença Comp e Pagamento	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido	Compromissos Assumidos - 2010	Despesa Paga - 2010	Diferença Comp e Pagamento
01	Assembleia Municipal	144.500	144.500	50.728	47.098	3.630	205.000	213.777	40.613	38.659	1.954
0101	Despesas Com o Pessoal	75.000	75.000	41.405	41.405	0	100.000	108.777	30.719	30.719	0
0102	Aquisição de Bens e Serviços	67.000	67.000	9.323	5.693	3.630	100.000	100.000	9.894	7.941	1.954
0106	Outras Despesas Correntes	2.500	2.500	0	0	0	5.000	5.000	0	0	0
02	Câmara Municipal	138.090.550	138.090.550	134.242.013	56.398.938	77.843.075	165.744.485	165.735.708	160.079.162	46.445.450	113.633.713
0201	Despesas com o Pessoal	16.581.550	16.316.923	16.181.077	15.614.944	566.133	17.980.000	17.318.002	16.240.908	15.683.125	557.783
0202	Aquisição de Bens e Serviços	33.403.500	36.848.482	35.774.042	16.228.962	19.545.080	41.549.150	40.161.526	38.500.320	13.169.520	25.330.800
0203	Juros e Outros Encargos	2.115.000	2.033.172	2.031.910	1.436.553	595.357	3.080.000	2.415.329	2.370.664	1.620.573	750.091
0204	Transferências Correntes	7.347.500	7.075.887	7.000.411	4.612.558	2.387.853	8.807.000	8.385.908	7.925.738	4.733.636	3.192.102
0205	Subsídios	5.100.000	36.646.335	36.646.279	6.068.497	30.577.781	25.770.000	45.691.323	45.121.919	0	45.121.919
0206	Outras Despesas Correntes	2.140.000	1.354.598	1.351.867	1.346.450	5.417	1.430.000	1.115.610	1.093.343	1.087.673	5.670
0207	Aquisição de bens de capital	40.588.000	28.384.547	25.828.570	6.266.269	19.562.301	40.522.835	36.423.593	34.619.355	4.206.841	30.412.514
0208	Transferências de Capital	11.300.000	4.644.189	4.643.997	3.066.644	1.577.353	22.090.000	5.718.513	5.708.157	643.008	5.065.149
0209	Activos Financeiros	15.000.000	47.243	46.993	21.193	25.800	500	26.300	25.800	0	25.800
0210	Passivos Financeiros	4.500.000	4.739.160	4.736.869	1.736.869	3.000.000	4.500.000	8.479.590	8.472.958	5.301.073	3.171.885
0211	Outras Despesas de Capital	15.000	15	0	0	0	15.000	15	0	0	0
		138.235.050	138.235.050	134.292.741	56.446.036	77.846.705	165.949.485	165.949.485	160.119.775	46.484.109	113.635.666

Descrição	2011					2012				
	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido	Compromissos Assumidos - 2011	Despesa Paga	Diferença Comp e Pagamento	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido	Compromissos Assumidos - 2012	Despesa Paga	Diferença Comp e Pagamento
Assembleia Municipal	157.500	157.500	40.062	34.994	5.068	48.200	76.450	35.815	27.929	7.887
Despesas Com o Pessoal	100.000	100.000	29.574	29.574	0	30.500	42.500	24.861	24.861	0
Aquisição de Bens e Serviços	55.000	55.000	10.488	5.420	5.068	17.200	33.700	10.954	3.067	7.887
Outras Despesas Correntes	2.500	2.500	0	0	0	500	250	0	0	0
Câmara Municipal	191.697.700	191.697.700	172.613.450	45.739.941	126.873.509	187.788.238	187.759.988	185.663.403	39.589.701	146.073.703
Despesas com o Pessoal	17.364.885	17.778.384	16.014.478	15.750.757	263.721	14.005.500	14.141.367	13.923.663	13.127.213	796.450
Aquisição de Bens e Serviços	38.738.515	45.335.603	43.165.183	10.638.859	32.526.325	39.248.178	41.842.055	41.306.141	8.117.803	33.188.338
Juros e Outros Encargos	6.975.015	5.356.194	4.708.834	3.594.039	1.114.795	8.502.500	6.044.240	5.993.901	4.689.736	1.304.165
Transferências Correntes	9.160.285	8.486.269	7.524.667	3.106.787	4.417.880	6.052.250	6.920.245	6.867.391	2.663.501	4.203.890
Subsídios	60.057.505	58.579.091	51.544.804	5.169.343	46.375.461	15.085.500	57.320.153	57.320.127	4.743.657	52.576.471
Outras Despesas Correntes	1.315.025	1.004.467	843.270	833.475	9.794	1.176.250	626.974	620.685	592.294	28.392
Aquisição de bens de capital	44.224.950	40.877.372	36.138.970	4.048.455	32.090.515	50.931.545	35.357.307	34.125.497	3.406.448	30.719.049
Transferências de Capital	9.334.005	8.519.336	6.925.753	42.281	6.883.472	36.986.500	9.054.195	9.053.393	402.442	8.650.952
Activos Financeiros	27.500	26.820	25.800	0	25.800	10.000.000	10.573.918	10.573.917	627.934	9.945.984
Passivos Financeiros	4.500.000	5.734.154	5.721.692	2.555.944	3.165.747	5.800.000	5.879.520	5.878.687	1.218.673	4.660.014
Outras Despesas de Capital	15	9	0	0	0	15	15	0	0	0
	191.855.200	191.855.200	172.653.513	45.774.935	126.878.577	187.836.438	187.836.438	185.699.219	39.617.629	146.081.589

Descrição	2013				
	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido	Compromissos Assumidos - 2013	Despesa Paga	Diferença Comp e Pagamento
Assembleia Municipal	97.500	97.500	46.876	40.720	6.156
Despesas Com o Pessoal	50.500	50.500	38.408	38.026	382
Aquisição de Bens e Serviços	45.000	45.000	8.468	2.694	5.774
Outras Despesas Correntes	2.000	2.000	0	0	0
Câmara Municipal	191.850.845	192.091.650	191.283.109	43.587.848	147.695.262
Despesas com o Pessoal	15.451.850	15.191.760	15.175.355	14.451.896	723.459
Aquisição de Bens e Serviços	41.725.580	39.020.096	38.653.533	6.715.423	31.938.110
Juros e Outros Encargos	6.952.922	9.576.251	9.519.895	4.118.447	5.401.448
Transferências Correntes	5.641.330	6.568.663	6.481.998	2.577.017	3.904.981
Subsídios	58.098.539	58.157.898	58.157.893	4.948.284	53.209.609
Outras Despesas Correntes	640.750	1.092.993	1.021.474	832.022	189.452
Aquisição de bens de capital	32.856.785	31.878.568	31.667.724	2.831.738	28.835.986
Transferências de Capital	8.790.941	10.645.649	10.645.598	679.864	9.965.735
Activos Financeiros	10.574.450	12.131.450	12.131.449	2.185.465	9.945.984
Passivos Financeiros	11.116.198	7.750.820	7.750.751	4.170.252	3.580.499
Outras Despesas de Capital	1.500	77.502	77.439	77.439	0
	191.948.345	192.189.150	191.329.985	43.628.568	147.701.417

Como se pode verificar pelos quadros acima, em 2009 os compromissos assumidos do ano menos os pagamentos efetuados, correspondia a 77.846 milhares de euros, enquanto em 2013 esse valor atingia a expressão de 147.701 milhares de euros, o que se traduz num aumento de 69.855 milhares de euros.



Para o aumento acima indicado, em muito contribuíram os subsídios (+22.631 milhares de euros), a aquisição de bens e serviços (+12.393 milhares de euros) e as transferências de capital (+8.388 milhares de euros).

6.3. EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

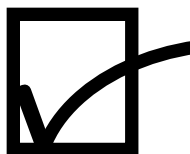
6.3.1. Geral

No anexo 8 mostra-se a execução das GOP durante o quinquénio 2009-2013, cujo resumo se apresenta em seguida:

Quadro nº 59 – Resumo da execução das GOP: 2009 - 2013

		2009				2010			
		Dotação Inicial	Dotação Corrigida	Montante Executado	% Execução	Dotação Inicial	Dotação Corrigida	Montante Executado	% Execução
1	Funções Gerais	4.795.000	5.666.635	2.058.902	36%	6.359.050	7.631.534	1.394.032	18%
1.1	Serviços gerais de Administração Pública	3.775.000	5.244.285	1.908.102	36%	5.847.550	7.027.000	1.091.039	16%
1.2	Segurança e Ordem Pública	1.020.000	422.350	150.800	36%	511.500	604.534	302.993	50%
2	Funções Sociais	47.402.500	39.279.021	14.516.122	37%	49.669.435	48.334.856	11.223.506	23%
2.1	Educação	4.261.000	6.452.056	1.607.857	25%	15.246.785	16.702.935	2.133.876	13%
2.3	Segurança e Acção Social	2.405.000	2.540.623	1.182.027	47%	3.945.500	3.154.557	1.791.925	57%
2.4	Habituação e Serviços Colectivo	19.920.000	8.638.527	2.363.023	27%	10.156.000	9.582.876	1.130.414	12%
2.5	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	20.816.500	21.647.815	9.363.215	43%	20.321.150	18.894.488	6.167.291	33%
3	Funções Económicas	19.642.500	16.542.665	4.609.928	28%	20.725.500	16.170.530	2.917.683	18%
3.1	Agricultura, Pecuária, Sívic., Caça e Pesca	75.000	12.037	7.037	58%	30.000	4.270	4.260	100%
3.2	Indústria e Energia	335.000	175.931	126.638	72%	490.000	154.960	55.117	36%
3.3	Transportes e Comunicações	19.105.000	16.354.682	4.476.253	27%	20.202.000	16.010.770	2.858.306	18%
3.4	Comércio e Turismo	127.500	15	0	0%	3.500	530	0	0%
4	Outras Funções	36.775.000	46.169.601	11.364.875	25%	52.615.500	60.567.303	6.334.794	10%
4.1	Operações de Dívida da Autarquia	6.100.000	5.632.916	2.630.320	47%	6.100.000	9.233.770	5.659.867	61%
4.2	Transferência entre Administrações	15.675.000	40.489.442	8.713.362	22%	46.515.000	51.307.233	674.927	1%
4.3	Diversas não especificadas	15.000.000	47.243	21.193	45%	500	26.300	0	0%
Total		108.615.000	107.657.922	32.549.827	30%	129.369.485	132.704.223	21.870.015	16%

		2011				2012			
		Dotação Inicial	Dotação Corrigida	Montante Executado	% Execução	Dotação Inicial	Dotação Corrigida	Montante Executado	% Execução
1	Funções Gerais	8.112.250	10.864.216	1.226.077	11%	12.371.245	9.915.854	896.710	9%
1.1	Serviços gerais de Administração Pública	7.429.250	10.152.815	824.480	8%	11.887.245	9.368.349	629.206	7%
1.2	Segurança e Ordem Pública	683.000	711.401	401.597	56%	484.000	547.505	267.504	49%
2	Funções Sociais	54.064.895	51.231.888	7.950.377	16%	53.900.610	44.112.679	6.643.419	15%
2.1	Educação	17.703.950	18.750.574	3.175.508	17%	14.920.180	16.697.237	2.915.232	17%
2.3	Segurança e Acção Social	3.980.500	3.182.652	1.458.221	46%	1.955.450	2.191.649	678.565	31%
2.4	Habituação e Serviços Colectivo	13.867.500	12.273.743	1.574.882	13%	23.713.995	9.506.929	852.998	9%
2.5	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	18.512.945	17.024.919	1.741.766	10%	13.310.985	15.716.864	2.196.624	14%
3	Funções Económicas	19.354.500	16.716.303	2.227.133	13%	13.744.300	14.172.520	342.143	2%
3.1	Agricultura, Pecuária, Sívic., Caça e Pesca	25.500	15.300	0	0%	400.000	377.720	0	0%
3.2	Indústria e Energia	180.500	251.451	110.559	44%	106.750	189.895	9.556	5%
3.3	Transportes e Comunicações	16.645.500	16.113.660	2.116.574	13%	13.236.550	13.270.404	258.587	2%
3.4	Comércio e Turismo	2.503.000	335.892	0	0%	1.000	334.501	74.000	22%
4	Outras Funções	80.493.500	74.954.730	8.401.734	11%	73.651.000	83.077.513	7.464.462	9%
4.1	Operações de Dívida da Autarquia	9.665.000	7.152.007	3.036.279	42%	11.800.000	6.480.323	1.621.404	25%
4.2	Transferência entre Administrações	69.301.000	67.123.985	5.365.455	8%	51.751.000	66.023.262	5.215.124	8%
4.3	Diversas não especificadas	1.527.500	678.738	0	0%	10.100.000	10.573.928	627.934	6%
Total		162.025.145	153.767.137	19.805.321	13%	153.667.155	151.278.566	15.346.734	10%



Grandes Opções do Plano

	2013			
	Dotação Inicial	Dotação Corrigida	Montante Executado	% Execução
1 Funções Gerais	9.170.238	9.467.032	673.900	7%
1.1 Serviços gerais de Administração Pública	8.836.176	8.846.669	433.566	5%
1.2 Segurança e Ordem Pública	334.062	620.363	240.334	39%
2 Funções Sociais	39.916.797	39.369.084	5.454.586	14%
2.1 Educação	14.866.206	15.296.778	3.473.203	23%
2.3 Segurança e Acção Social	1.972.853	1.865.433	592.594	32%
2.4 Habitação e Serviços Colectivo	9.256.437	8.851.769	564.701	6%
2.5 Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	13.821.301	13.355.104	824.088	6%
3 Funções Económicas	13.924.210	13.396.852	367.401	3%
3.1 Agricultura, Pecuária, Sívic., Caça e Pesca	377.720	219.421	0	0%
3.2 Indústria e Energia	184.595	163.563	105.268	64%
3.3 Transportes e Comunicações	13.052.395	12.753.541	28.633	0%
3.4 Comércio e Turismo	309.500	260.327	233.500	90%
4 Outras Funções	95.207.550	88.702.730	12.379.779	14%
4.1 Operações de Dívida da Autarquia	18.060.620	8.038.283	4.419.811	55%
4.2 Transferência entre Administrações	66.322.980	68.532.996	5.774.503	8%
4.3 Diversas não especificadas	10.823.950	12.131.451	2.185.465	18%
Total	158.218.795	150.935.698	18.875.666	13%

Como se pode constatar pelos quadros, a execução da GOP nunca superou os 30% (ano de 2009) da quantia orçamentada, sendo que no ano de 2012 a execução foi de apenas 10%.

Todas as funções tiveram um comportamento semelhante ao longo dos anos, ou seja, a sua execução tem vindo a decrescer.

As rubricas funções sociais e outras funções, constituíram, em conjunto, as rubricas com maior expressão na despesa, representando, em 2009 e em 2013, respetivamente, 79% e 95% do total da despesa executada.

No quadro abaixo encontra-se a segregação da análise de execução das GOP, pelo PPI e pelo PAM:

Quadro nº 60 – Segregação das GOP, por PPI e PAM: 2009 - 2013

	2009				2010			
	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Cabimentada	Despesa Paga	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Cabimentada	Despesa Paga
Funções Gerais	4.795.000	5.666.635	4.988.754	2.030.143	6.359.050	7.631.534	7.597.510	1.394.032
PPI	2.620.000	1.421.217	1.410.694	587.832	3.079.550	1.511.568	1.507.297	369.120
PAM	2.175.000	4.245.418	3.578.060	1.442.311	3.279.500	6.119.966	6.090.213	1.024.912
Funções Sociais	47.447.500	39.279.021	37.876.644	14.622.231	49.669.435	48.334.857	48.038.382	11.223.086
PPI	31.002.000	21.088.973	20.139.266	4.332.604	30.770.285	28.991.508	28.775.306	3.053.046
PAM	16.445.500	18.190.048	17.737.378	10.289.627	18.899.150	19.343.349	19.263.076	8.170.040
Funções Econ.	19.642.500	16.542.665	16.223.536	4.535.472	20.725.500	16.170.530	16.021.583	2.917.684
PPI	6.966.000	5.874.357	5.565.819	1.410.477	6.673.000	5.920.518	5.919.046	784.676
PAM	12.676.500	10.668.308	10.657.717	3.124.995	14.052.500	10.250.012	10.102.537	2.133.008
Outras Funções	36.775.000	46.169.601	46.238.664	10.986.482	52.615.500	60.567.303	60.526.087	6.334.795
PPI	0	0	0	0	0	0	0	0
PAM	36.775.000	46.169.601	46.238.664	10.986.482	52.615.500	60.567.303	60.526.087	6.334.795
Total	108.660.000	107.657.922	105.327.598	32.174.328	129.369.485	132.704.224	132.183.562	21.869.597
		Execução	97,84%	29,89%		Execução	99,61%	16,48%



	2011				2012			
	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Cabimentada	Despesa Paga	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Cabimentada	Despesa Paga
Funções Gerais	8.112.250	10.864.216	10.563.507	1.226.077	12.341.245	9.915.854	9.899.432	896.711
PPI	2.717.250	1.849.959	1.667.302	269.052	3.983.300	1.528.872	1.521.196	297.543
PAM	5.395.000	9.014.257	8.896.205	957.025	8.357.945	8.386.982	8.378.236	599.168
Funções Sociais	54.064.895	51.231.888	48.799.283	7.950.377	53.900.610	44.112.678	44.038.626	6.643.418
PPI	34.670.200	32.663.471	31.212.855	3.338.788	39.455.945	28.211.646	28.200.398	3.027.045
PAM	19.394.695	18.568.417	17.586.428	4.611.589	14.444.665	15.901.032	15.838.228	3.616.373
Funções Econ.	19.354.500	16.716.303	16.312.436	2.227.133	13.744.300	14.172.520	14.170.075	342.143
PPI	6.837.500	6.362.441	5.968.529	440.615	5.491.300	5.616.787	5.614.842	81.861
PAM	12.517.000	10.353.862	10.343.907	1.786.518	8.253.000	8.555.733	8.555.233	260.282
Outras Funções	80.493.500	74.954.730	71.900.997	8.401.734	73.651.000	83.077.513	83.076.627	7.464.461
PPI	0	0	0	0	0	0	0	0
PAM	80.493.500	74.954.730	71.900.997	8.401.734	73.651.000	83.077.513	83.076.627	7.464.461
Total	162.025.145	153.767.137	147.576.223	19.805.321	153.637.155	151.278.565	151.184.760	15.346.733
		Execução	95,97%	12,88%		Execução	99,94%	10,14%

	2013			
	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Cabimentada	Despesa Paga
Funções Gerais	9.170.238	9.467.032	9.466.727	673.900
PPI	1.221.833	1.263.044	1.262.871	146.467
PAM	7.948.405	8.203.988	8.203.856	527.433
Funções Sociais	39.916.797	39.369.084	39.367.225	5.454.585
PPI	26.055.792	25.529.764	25.529.223	2.567.490
PAM	13.861.005	13.839.320	13.838.002	2.887.095
Funções Econ.	13.924.210	13.396.852	13.396.581	367.401
PPI	5.579.160	5.085.754	5.085.510	117.781
PAM	8.345.050	8.311.098	8.311.071	249.620
Outras Funções	95.207.550	88.702.730	88.702.651	12.379.780
PPI	0	0	0	0
PAM	95.207.550	88.702.730	88.702.651	12.379.780
Total	158.218.795	150.935.698	150.933.184	18.875.666
		Execução	100,00%	12,51%

Numa primeira análise salienta-se o facto de a percentagem de execução dos cabimentos face ao orçamento corrigido ser, em todos os anos, bastante elevada, situando-se sempre acima de 95%. No entanto, a despesa paga face aos compromissos assumidos foi sempre reduzida.

6.3.2. Execução do Plano Plurianual de Investimentos

De seguida procedemos à análise da execução do PPI, dos anos de 2009 a 2013, que se resume no quadro abaixo (quadro mais detalhado no anexo 9):



Quadro nº 61 – Resumo do PPI: 2009 – 2013

Plano Plurianual de Investimentos

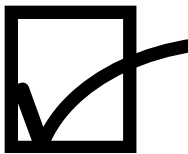
	2009				2010			
	Dotação Inicial	Dotação Corrigida	Montante Executado	% Execução	Dotação Inicial	Dotação Corrigida	Montante Executado	% Execução
1 Funções Gerais	2.620.000	1.421.217	587.753	41%	3.079.550	1.511.568	369.121	24%
1.1 Serviços gerais de Administração Pública	2.115.000	1.374.687	587.753	43%	3.013.050	1.458.926	317.994	22%
1.2 Segurança e Ordem Pública	505.000	46.530	0	0%	66.500	52.642	51.127	97%
2 Funções Sociais	31.002.000	21.088.973	4.267.180	20%	30.770.285	28.991.507	3.053.045	11%
2.1. Educação	2.720.500	4.374.847	332.420	8%	12.505.285	13.789.628	895.738	6%
2.3. Segurança e Acção Social	125.000	3.510	89	3%	296.000	25	0	0%
2.4. Habitação e Serviços Colectivo	16.780.000	5.519.083	1.146.625	21%	7.301.000	5.961.623	732.820	12%
2.5. Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	11.376.500	11.191.533	2.788.046	25%	10.668.000	9.240.231	1.424.487	15%
3 Funções Económicas	6.966.000	5.874.372	1.421.335	24%	6.673.000	5.920.518	784.675	13%
3.1. Agricultura, Pecuária, Sívic., Caça e Pesca	75.000	12.037	7.037	58%	30.000	4.270	4.260	100%
3.2. Indústria e Energia	335.000	175.931	126.638	72%	490.000	154.960	55.117	36%
3.3. Transportes e Comunicações	6.555.000	5.686.389	1.287.660	23%	6.152.000	5.761.278	725.298	13%
3.4. Comércio e Turismo	1.000	15	0	0%	1.000	10	0	0%
4 Outras Funções	0	0	0	0%	0	0	0	0%
4.1. Operações de Dívida da Autarquia	0	0	0	0%	0	0	0	0%
4.2. Transferência entre Administrações	0	0	0	0%	0	0	0	0%
4.3. Diversas não especificadas	0	0	0	0%	0	0	0	0%
Total	40.588.000	28.384.562	6.276.268	22%	40.522.835	36.423.593	4.206.841	12%

Plano Plurianual de Investimentos

	2011				2012			
	Dotação Inicial	Dotação Corrigida	Montante Executado	% Execução	Dotação Inicial	Dotação Corrigida	Montante Executado	% Execução
1 Funções Gerais	2.717.250	1.849.959	269.052	15%	3.983.300	1.528.872	297.542	19%
1.1 Serviços gerais de Administração Pública	2.666.750	1.788.658	252.695	14%	3.981.800	1.473.370	281.824	19%
1.2 Segurança e Ordem Pública	50.500	61.301	16.357	27%	1.500	55.502	15.718	28%
2 Funções Sociais	34.670.200	32.663.472	3.368.788	10%	39.455.945	28.211.647	3.027.046	11%
2.1. Educação	14.475.200	15.583.368	1.879.722	12%	11.814.900	13.434.369	1.619.206	12%
2.3. Segurança e Acção Social	227.000	185.148	48.464	26%	41.750	140.550	7.423	5%
2.4. Habitação e Serviços Colectivo	9.012.000	7.765.971	1.349.760	17%	19.994.995	5.761.396	621.331	11%
2.5. Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	10.956.000	9.128.985	90.842	1%	7.604.300	8.875.332	779.086	9%
3 Funções Económicas	6.837.500	6.362.442	440.615	7%	5.491.250	5.616.789	81.860	1%
3.1. Agricultura, Pecuária, Sívic., Caça e Pesca	25.500	15.300	0	0%	400.000	377.720	0	0%
3.2. Indústria e Energia	180.500	251.451	110.559	44%	106.750	189.895	9.556	5%
3.3. Transportes e Comunicações	6.630.500	6.095.091	330.056	5%	4.984.500	5.049.174	72.304	1%
3.4. Comércio e Turismo	1.000	600	0	0%	0	0	0	0%
4 Outras Funções	0	0	0	0%	0	0	0	0%
4.1. Operações de Dívida da Autarquia	0	0	0	0%	0	0	0	0%
4.2. Transferência entre Administrações	0	0	0	0%	0	0	0	0%
4.3. Diversas não especificadas	0	0	0	0%	0	0	0	0%
Total	44.224.950	40.875.873	4.078.455	10%	48.930.495	35.357.308	3.406.448	10%

Capital Social 5.000,00 Euros

Contribuinte n.º 503 342 742



ABREU & CIPRIANO, AUDITORES, SROC

Inscrita na O.R.O.C. sob o n.º 119

Plano Plurianual de Investimentos

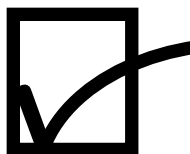
		2013			
		Dotação Inicial	Dotação Corrigida	Montante Executado	% Execução
1	Funções Gerais	1.221.833	1.263.044	146.467	12%
1.1	Serviços gerais de Administração Pública	1.163.271	1.207.682	91.613	8%
1.2	Segurança e Ordem Pública	58.562	55.362	54.854	99%
2	Funções Sociais	26.055.792	25.529.764	2.567.490	10%
2.1.	Educação	11.949.426	12.127.707	1.999.821	16%
2.3.	Segurança e Acção Social	133.053	133.054	49.040	37%
2.4.	Habituação e Serviços Colectivo	5.733.187	5.239.816	491.780	9%
2.5.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	8.240.126	8.029.187	26.849	0%
3	Funções Economicas	5.579.160	5.085.754	117.781	2%
3.1.	Agricultura, Pecuária, Sívic., Caça e Pesca	377.720	219.421	0	0%
3.2.	Indústria e Energia	184.595	163.563	105.268	64%
3.3.	Transportes e Comunicações	5.016.845	4.702.770	12.513	0%
3.4.	Comércio e Turismo	0	0	0	0%
4	Outras Funções	0	0	0	0%
4.1.	Operações de Dívida da Autarquia	0	0	0	0%
4.2.	Transferência entre Administrações	0	0	0	0%
4.3.	Diversas não especificadas	0	0	0	0%
Total		32.856.785	31.878.562	2.831.738	9%

Da leitura do quadro acima, salienta-se a redução da taxa de execução do plano plurianual de investimento, que em 2009, foi de 22% e em 2013 de 9%.

As funções gerais, foram aquelas que tiveram uma maior execução ao longo dos anos, tendo registado 41% em 2009, correspondendo, maioritariamente, à informatização dos serviços municipais (368.087 euros num total de 587.753 euros).

A execução média das funções sociais foi de 12% (20% em 2009, com 4.257 milhares de euros e 10% em 2013 com 2.567 milhares de euros) e resultou de pagamentos relacionados com:

- A aquisição de prédios urbanos (335 milhares de euros em 2009, 178 milhares de euros em 2010, 738,7 milhares de euros em 2011, 406 milhares de euros em 2012);
- Arranjos urbanísticos da praia da rocha (325 milhares de euros em 2009);
- Remodelação do edifício do fórum cultural (758,9 milhares de euros em 2009, 557 milhares de euros em 2010);
- Aquisição de mobiliário e equipamento para o fórum cultural (821,9 milhares de euros em 2009, 165 milhares de euros em 2010);
- Construção da área desportiva da praia da rocha (185 milhares de euros em 2009);



- Construção da piscina municipal da mexilhoeira grande (164 milhares de euros em 2010);
- Arranjo frente mar da praia do Alvor até à praia dos três irmãos (268,8 milhares de euros em 2011);
- Alteração/ampliação do pavilhão gimnodesportivo municipal (4,8 milhares de euros em 2011);
- Construção da escola EB1 no bairro do pontal (1,4 milhões de euros em 2012, 623 milhares euros em 2013).

No que diz respeito às funções económicas, com uma execução média de 9% (2009 com 24% - 1.421 milhares de euros e em 2013 com 2% - 117,7 milhares de euros), as despesas foram realizadas principalmente em:

- Construção, manutenção e reparação de vias urbanas, com 676 milhares de euros em 2009, 369 milhares de euros em 2010, 103 milhares de euros em 2011, 17,8 milhares de euros em 2012 e 12 milhares de euros em 2013;
- Remodelação da pista e da placa do aeródromo municipal, com 139,7 milhares de euros em 2009, 88 milhares de euros em 2010.

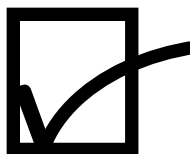
Como se pode constatar existiu uma diminuição razoável das despesas relacionadas com investimentos, independentemente do facto de haver ocorrido que, em relação às quantias orçamentadas, poder ter havido uma cabimentação quase total.

No quadro abaixo encontram-se espelhadas as quantias que, tendo sido cabimentadas, ainda não haviam sido pagas, no final de cada ano:

**Quadro nº 62 – Diferença entre despesa cabimentada e despesa paga – PPI:
2009 – 2013**

Diferença entre Despesa Cabimentada e Despesa Paga - Plano Plurianual de Investimentos										
	2009		2010		2011		2012		2013	
Funções Gerais	822.862	4%	1.138.177	4%	1.398.250	4%	1.223.654	4%	1.116.404	4%
Funções Sociais	15.806.662	76%	25.722.260	80%	27.874.067	80%	25.173.353	79%	22.961.733	79%
Funções Económicas	4.155.342	20%	5.134.370	16%	5.527.914	16%	5.532.981	17%	4.967.729	17%
Outras Funções	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	20.784.866	100%	31.994.807	100%	34.800.231	100%	31.929.988	100%	29.045.866	100%

Como se pode verificar existiu um aumento dos compromissos assumidos de 2009 para 2013 (8.261.000 euros), sendo a rubrica de funções sociais responsável pelo aumento em 7.155.071 euros.



6.3.3. Execução do Plano de Atividades Municipal

No quadro abaixo, resume-se a execução do PAM, dos anos de 2009 a 2013 (quadro mais detalhado no anexo 10):

Quadro nº 63 – Execução do PAM: 2009 - 2013

Plano de Atividades Municipal									
		2009				2010			
		Dotação Inicial	Dotação Corrigida	Montante Executado	% Execução	Dotação Inicial	Dotação Corrigida	Montante Executado	% Execução
1	Funções Gerais	2.175.000	4.245.418	1.471.149	35%	3.279.500	6.119.966	1.024.912	17%
1.1	Serviços gerais de Administração Pública	1.660.000	3.869.598	1.320.349	34%	2.834.500	5.568.074	773.046	14%
1.2	Segurança e Ordem Pública	515.000	375.820	150.800	40%	445.000	551.892	251.866	46%
2	Funções Sociais	16.400.500	18.190.048	10.258.941	56%	18.899.150	19.343.349	8.170.460	42%
2.1	Educação	1.540.500	2.077.209	1.275.436	61%	2.741.500	2.913.307	1.238.138	42%
2.3	Segurança e Acção Social	2.280.000	2.537.113	1.181.938	47%	3.649.500	3.154.532	1.791.925	57%
2.4	Habituação e Serviços Colectivo	3.140.000	3.119.444	1.216.398	39%	2.855.000	3.621.253	397.594	11%
2.5	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	9.440.000	10.456.282	6.585.169	63%	9.653.150	9.654.257	4.742.803	49%
3	Funções Económicas	12.676.500	10.668.308	3.188.593	30%	14.052.500	10.250.012	2.133.008	21%
3.1	Agricultura, Pecuária, Sivic., Caça e Pesca	0	0	0	0%	0	0	0	0%
3.2	Indústria e Energia	0	0	0	0%	0	0	0	0%
3.3	Transportes e Comunicações	12.550.000	10.668.293	3.188.593	30%	14.050.000	10.249.492	2.133.008	21%
3.4	Comércio e Turismo	126.500	15	0	0%	2.500	520	0	0%
4	Outras Funções	36.775.000	46.169.601	11.364.875	0%	52.615.500	60.567.303	6.334.794	0%
4.1	Operações de Dívida da Autarquia	6.100.000	5.632.916	2.630.320	0%	6.100.000	9.233.770	5.659.867	0%
4.2	Transferência entre Administrações	15.675.000	40.489.442	8.713.362	0%	46.515.000	51.307.233	674.927	0%
4.3	Diversas não especificadas	15.000.000	47.243	21.193	0%	500	26.300	0	0%
Total		68.027.000	79.273.375	26.283.558	33%	88.846.650	96.280.630	17.663.174	18%

Plano de Atividades Municipal									
		2011				2012			
		Dotação Inicial	Dotação Corrigida	Montante Executado	% Execução	Dotação Inicial	Dotação Corrigida	Montante Executado	% Execução
1	Funções Gerais	5.395.000	9.014.257	957.025	11%	8.387.945	8.386.982	599.168	7%
1.1	Serviços gerais de Administração Pública	4.762.500	8.364.157	571.785	7%	7.905.445	7.894.979	347.382	4%
1.2	Segurança e Ordem Pública	632.500	650.100	385.240	59%	482.500	492.003	251.786	51%
2	Funções Sociais	19.394.695	18.568.417	4.611.590	25%	14.444.665	15.901.032	3.616.374	23%
2.1	Educação	3.228.750	3.167.206	1.295.786	41%	3.105.280	3.262.868	1.296.026	40%
2.3	Segurança e Acção Social	3.753.500	2.997.504	1.439.758	48%	1.913.700	2.051.099	671.142	33%
2.4	Habituação e Serviços Colectivo	4.855.500	4.507.773	225.122	5%	3.719.000	3.745.533	231.668	6%
2.5	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	7.556.945	7.895.934	1.650.924	21%	5.706.685	6.841.532	1.417.538	21%
3	Funções Económicas	12.517.000	10.353.862	1.786.518	17%	8.253.000	8.555.733	260.282	3%
3.1	Agricultura, Pecuária, Sivic., Caça e Pesca	0	0	0	0%	0	0	0	0%
3.2	Indústria e Energia	0	0	0	0%	0	0	0	0%
3.3	Transportes e Comunicações	10.015.000	10.018.570	1.786.518	18%	8.252.000	8.221.232	186.282	2%
3.4	Comércio e Turismo	2.502.000	335.292	0	0%	1.000	334.501	74.000	0%
4	Outras Funções	80.493.500	74.954.730	8.401.734	0%	73.651.000	83.077.513	7.464.462	0%
4.1	Operações de Dívida da Autarquia	9.665.000	7.152.007	3.036.279	0%	11.800.000	6.480.323	1.621.404	0%
4.2	Transferência entre Administrações	69.301.000	67.123.985	5.365.455	0%	51.751.000	66.023.262	5.215.124	0%
4.3	Diversas não especificadas	1.527.500	678.738	0	0%	10.100.000	10.573.928	627.934	0%
Total		117.800.195	112.891.266	15.756.867	14%	104.736.610	115.921.260	11.940.286	10%

Capital Social 5.000,00 Euros

Contribuinte n.º 503 342 742



ABREU & CIPRIANO, AUDITORES, SROC

Inscrita na O.R.O.C. sob o n.º 119

Plano de Atividades Municipal					
2013					
		Dotação Inicial	Dotação Corrigida	Montante Executado	% Execução
1	Funções Gerais	7.948.405	8.203.988	527.433	6%
1.1	Serviços gerais de Administração Pública	7.672.905	7.638.987	341.953	4%
1.2	Segurança e Ordem Pública	275.500	565.001	185.480	33%
2	Funções Sociais	13.861.005	13.839.320	2.887.095	21%
2.1.	Educação	2.916.780	3.169.071	1.473.381	46%
2.3.	Segurança e Acção Social	1.839.800	1.732.379	543.554	31%
2.4.	Habituação e Serviços Colectivo	3.523.250	3.611.953	72.921	2%
2.5.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	5.581.175	5.325.917	797.239	15%
3	Funções Económicas	8.345.050	8.311.098	249.620	3%
3.1.	Agricultura, Pecuária, Sivic., Caça e Pesca	0	0	0	#DIV/0!
3.2.	Industria e Energia	0	0	0	#DIV/0!
3.3.	Transportes e Comunicações	8.035.550	8.050.771	16.120	0%
3.4.	Comércio e Turismo	309.500	260.327	233.500	0%
4	Outras Funções	95.207.550	88.702.730	12.379.779	0%
4.1.	Operações de Dívida da Autarquia	18.060.620	8.038.283	4.419.811	0%
4.2.	Transferência entre Administrações	66.322.980	68.532.996	5.774.503	0%
4.3.	Diversas não especificadas	10.823.950	12.131.451	2.185.465	0%
Total		125.362.010	119.057.136	16.043.927	13%

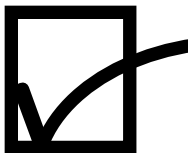
Como se pode comprovar pelo quadro, a execução do PAM tem sido cada vez menor, já que em 2009 foi de 33%, passando para 13% em 2013.

Em 2009 as outras funções pesavam 43% na execução, seguido das funções sociais com 39%, das funções económicas com 12% e finalmente das funções gerais com 6%. Em 2013, manteve-se a mesma distribuição, no entanto o peso de cada uma das funções foi concentrado numa única função - as outras funções - com 77%, seguindo-se das funções sociais com 18%, das funções gerais com 3% e das funções económicas com 2%.

A execução das **outras funções**, ao longo do quinquénio, resulta da transferência de verbas para as empresas municipais e da contração de dívida de curto e de médio e longo prazo. Em relação às transferências para as empresas municipais, estas foram maioritariamente para a PU, o que se concretizou ao abrigo de contratos programa para o financiamento de atividades e de investimentos.

Em 2009 a diferença entre a despesa cabimentada e a despesa paga, relacionada com estas funções, representava a quantia de 35 milhões. Em 2013, essa mesma diferença assumia a expressão de 76 milhões, sendo de salientar que foram efetuados pagamentos de 45,5 milhões durante os anos de 2009 a 2013.

Em relação às **funções sociais**, cuja execução também se reduziu ao longo dos cinco anos, é constituída pelos pagamentos nos seguintes projetos mais relevantes:



2009

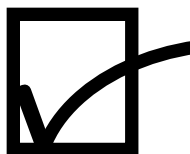
- Participação a rendas de habitação social, de 552 milhares de euros;
- Limpeza das praias do município, de 419,7 milhares de euros;
- Manutenção e conservação de espaços verdes do município, de 701,6 milhares de euros;
- Apoio a instituições e coletividades culturais do município, com 997,9 milhares de euros;
- Museu – exposição e eventos, com 115 milhares de euros;
- Marchas populares, com 154 milhares de euros;
- Comemorações festivas – 25 de abril e dia da cidade -, com 406,2 milhares de euros;
- Ópera de Portimão, com 257,3 milhares de euros;
- Projeto do fórum cultural – programação e produção -, com 353 milhares de euros;
- Apoio a coletividades e clubes desportivos, com 1.407,5 milhares de euros;

2010

- Participação a rendas de habitação social, com 1.053 milhares de euros;
- Manutenção e conservação de espaços verdes do município, com 254 milhares de euros;
- Apoio a instituições e coletividades culturais do município, com 853,3 milhares de euros;
- Marchas populares, com 169 milhares de euros;
- Comemorações festivas – 25 de abril e dia da cidade - com 55,8 milhares de euros;
- Ópera de Portimão, com 160,5 milhares de euros;
- Projeto do fórum cultural – programação e produção, com 266 milhares de euros;
- Apoio a coletividades e clubes desportivos, com 623 milhares de euros;

2011

- Participação a rendas de habitação social, com 1.032 milhares de euros;
- Manutenção e conservação de espaços verdes do município, com 166 milhares de euros;
- Apoio a instituições e coletividades culturais do município, com 120,5 milhares de euros;
- Marchas populares, com 113,7 milhares de euros;
- Comemorações festivas – 25 de abril e dia da cidade -, com 28,7 milhares de euros;



- Projeto do fórum cultural – programação e produção, com 100 milhares de euros;
- Apoio a coletividades e clubes desportivos, com 376 milhares de euros;

2012

- Comparticipação a rendas de habitação social, com 557,5 milhares de euros;
- Manutenção e conservação de espaços verdes do município, com 184 milhares de euros;
- Projeto do fórum cultural – programação e produção, com 616 milhares de euros;
- Protocolo com a UAC, com 125 milhares de euros;
- Apoio a coletividades e clubes desportivos, com 170 milhares de euros;

2013

- Comparticipação a rendas de habitação social, com 469 milhares de euros;
- Manutenção e conservação de espaços verdes do município, com 30,7 milhares de euros;
- Projeto do fórum cultural – programação e produção, com 583 milhares de euros.

Em relação às **funções económicas**, temos a referir que a rubrica de transportes rodoviários respeitou a pagamentos efetuados por conta do transporte urbano - Circuito “Vai e Vem”.

No quadro abaixo, efetua-se um resumo das despesas relacionadas com o PAM que tinham sido cabimentadas mas que ainda não estavam liquidadas, no fim de cada ano:

Quadro nº 64 – Diferença entre despesa cabimentada e despesa paga – PAM: 2009 – 2013

Diferença entre Despesa Cabimentada e Despesa Paga - Plano de Actividades Municipais										
	2009		2010		2011		2012		2013	
Funções Gerais	2.135.749	4%	5.065.301	6%	7.939.180	9%	7.779.068	7%	7.676.423	7%
Funções Sociais	7.447.751	14%	11.093.036	14%	12.974.839	14%	12.221.855	12%	10.950.907	11%
Funções Económicas	7.532.722	14%	7.969.529	10%	8.557.389	9%	8.294.951	8%	8.061.451	8%
Outras Funções	35.252.182	67%	54.191.292	69%	63.499.263	68%	75.612.166	73%	76.322.871	74%
	52.368.404	100%	78.319.158	100%	92.970.671	100%	103.908.040	100%	103.011.652	100%

Pode-se verificar, pelo quadro acima, um aumento dos compromissos assumidos em 50.643 milhares de euros de 2009 para 2013, sendo a rubrica das outras funções responsável pelo aumento de 41,07 milhões. Lembra-se que esta rubrica é relativa, em grande maioria, às transferências efetuadas para as empresas municipais, neste caso concreto à PU.



6.4. RÁCIOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E COMPARAÇÃO SETORIAL

6.4.1. Introdução

Decorrente da execução orçamental que analisámos anteriormente, procedemos à elaboração e compilação de um conjunto de rácios que nos permitem analisar a evolução da execução orçamental do município.

Procedemos ainda à análise comparativa dos mesmos rácios com várias câmaras municipais, cuja estrutura, dimensão ou características, poderão permitir fazer comparações, tais como:

- Câmara Municipal de Albufeira (CMA);
- Câmara Municipal de Faro (CMF);
- Câmara Municipal de Loulé (CML); e
- Câmara Municipal de Viseu (CMV).

No caso da CMV só nos foi possível obter informação a partir do ano de 2010.

6.4.2. Rácios de Estrutura da Receita

De seguida apresentamos os rácios cálculos para a estrutura da receita:

Quadro nº 65 - Indicadores orçamentais de estrutura da receita dos municípios de Portimão, Albufeira, Loulé, Faro e Viseu: 2009 - 2013

INDICADORES ORÇAMENTAIS ESTRUTURA DA RECEITA	Portimão	Albufeira	Loulé	Faro	Viseu
	2009	2009	2009	2009	2009
% das Receitas Correntes nas Receitas Totais (Receitas Correntes/Receitas Totais)	73,00%	86,60%	77,13%	74,34%	
% das Receitas de Capital nas Receitas Totais (Receitas de Capital/Receitas Totais)	27,00%	15,21%	22,87%	25,66%	
% da Receita Própria na Receita Total (Receita Própria/Receita Total)	70,50%	76,31%	68,37%	52,63%	
% dos Impostos Directos na Receita Total (Impostos Directos/Receita Total)	39,50%	40,00%	52,79%	37,37%	
% na Venda de Bens e Prest. de Serviços na Rec. Total (Vendas de Bens e Prest. de Serviços/Receita Total)	4,00%	12,93%	6,48%	3,15%	
% dos Fundos Municipais na Receita Total (Fundos Municipais Totais/Receita Total)	10,60%	6,50%	9,20%	17,16%	
% dos Fundos Municipais Correntes na Receita Total (Fundos Municipais Correntes/Receita Total)	8,40%	4,74%	6,59%	14,83%	
% dos Fundos Municipais Correntes na Receita Corrente (Fundos Municipais Correntes/Receita Corrente)	11,60%	7,28%	8,55%	19,95%	
% dos Fundos Municipais de Capital na Receita Total (Fundo Municipais de Capital/Receita Total)	2,10%	11,57%	2,60%	2,33%	
% dos Passivos Financeiros na Receita Total (Passivos Financeiros/Receita Total)	19,20%	12,53%	21,20%	8,28%	
% das Transferência na Receita Total (Transferências/Receita Total)	24,90%	11,14%	15,29%	9,30%	

INDICADORES ORÇAMENTAIS ESTRUTURA DA RECEITA	Portimão	Albufeira	Loulé	Faro	Viseu
	2010	2010	2010	2010	2010
% das Receitas Correntes nas Receitas Totais (Receitas Correntes/Receitas Totais)	84,50%	86,72%	79,28%	92,28%	62,66%
% das Receitas de Capital nas Receitas Totais (Receitas de Capital/Receitas Totais)	15,50%	10,04%	20,72%	7,72%	37,34%
% da Receita Própria na Receita Total (Receita Própria/Receita Total)	94,80%	79,16%	67,37%	60,79%	40,09%
% dos Impostos Directos na Receita Total (Impostos Directos/Receita Total)	47,20%	45,33%	50,78%	48,11%	25,56%
% na Venda de Bens e Prest. de Serviços na Rec. Total (Vendas de Bens e Prest. de Serviços/Receita Total)	2,90%	21,16%	6,77%	5,44%	4,13%
% dos Fundos Municipais na Receita Total (Fundos Municipais Totais/Receita Total)	7,30%	7,15%	9,16%	23,80%	27,42%
% dos Fundos Municipais Correntes na Receita Total (Fundos Municipais Correntes/Receita Total)	5,20%	4,76%	6,57%	20,11%	19,82%
% dos Fundos Municipais Correntes na Receita Corrente (Fundos Municipais Correntes/Receita Corrente)	6,10%	5,80%	8,29%	21,80%	31,64%
% dos Fundos Municipais de Capital na Receita Total (Fundo Municipais de Capital/Receita Total)	2,20%	33,92%	2,58%	3,68%	7,59%
% dos Passivos Financeiros na Receita Total (Passivos Financeiros/Receita Total)	6,40%	6,14%	19,70%	11,82%	6,91%
% das Transferência na Receita Total (Transferências/Receita Total)	20,30%	14,70%	17,00%	13,36%	53,00%



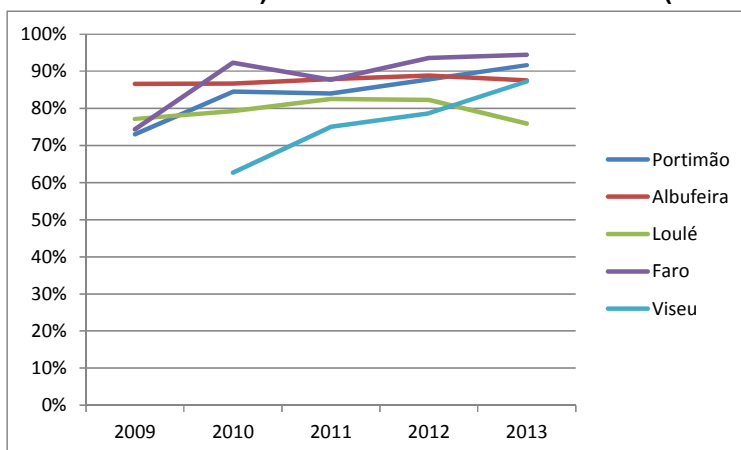
INDICADORES ORÇAMENTAIS ESTRUTURADA RECEITA	Portimão	Albufeira	Loulé	Faro	Viseu
	2011	2011	2011	2011	2011
% das Receitas Correntes nas Receitas Totais (Receitas Correntes/Receitas Totais)	84,00%	87,87%	82,52%	87,67%	75,03%
% das Receitas de Capital nas Receitas Totais (Receitas de Capital/Receitas Totais)	14,70%	4,80%	17,48%	12,33%	24,97%
% da Receita Própria na Receita Total (Receita Própria/Receita Total)	95,00%	84,46%	69,86%	67,76%	49,52%
% dos Impostos Directos na Receita Total (Impostos Directos/Receita Total)	51,00%	45,02%	52,05%	41,52%	33,90%
% na Venda de Bens e Prest. de Serviços na Rec. Total (Vendas de Bens e Prest. de Serviços/Receita Total)	5,10%	27,18%	7,46%	6,13%	4,12%
% dos Fundos Municipais na Receita Total (Fundos Municipais Totais/Receita Total)	11,20%	7,20%	9,65%	16,58%	30,21%
% dos Fundos Municipais Correntes na Receita Total (Fundos Municipais Correntes/Receita Total)	9,10%	10,73%	6,88%	14,10%	21,98%
% dos Fundos Municipais Correntes na Receita Corrente (Fundos Municipais Correntes/Receita Corrente)	10,80%	5,40%	8,33%	16,08%	29,29%
% dos Fundos Municipais de Capital na Receita Total (Fundo Municipais de Capital/Receita Total)	2,10%	52,86%	2,77%	2,48%	8,23%
% dos Passivos Financeiros na Receita Total (Passivos Financeiros/Receita Total)	0,00%	1,99%	7,00%	8,47%	5,19%
% das Transferências na Receita Total (Transferências/Receita Total)	22,70%	13,55%	23,17%	9,86%	21,22%

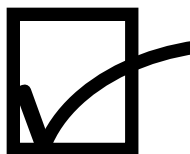
INDICADORES ORÇAMENTAIS ESTRUTURADA RECEITA	Portimão	Albufeira	Loulé	Faro	Viseu
	2012	2012	2012	2012	2012
% das Receitas Correntes nas Receitas Totais (Receitas Correntes/Receitas Totais)	87,80%	88,81%	82,29%	93,57%	78,66%
% das Receitas de Capital nas Receitas Totais (Receitas de Capital/Receitas Totais)	9,30%	4,32%	17,71%	6,43%	21,34%
% da Receita Própria na Receita Total (Receita Própria/Receita Total)	94,60%	85,89%	68,80%	64,56%	50,77%
% dos Impostos Directos na Receita Total (Impostos Directos/Receita Total)	55,30%	42,70%	50,88%	50,04%	35,93%
% na Venda de Bens e Prest. de Serviços na Rec. Total (Vendas de Bens e Prest. de Serviços/Receita Total)	2,30%	31,69%	0,21%	4,88%	4,91%
% dos Fundos Municipais na Receita Total (Fundos Municipais Totais/Receita Total)	12,30%	3,25%	10,04%	20,97%	31,79%
% dos Fundos Municipais Correntes na Receita Total (Fundos Municipais Correntes/Receita Total)	10,10%	10,03%	7,44%	17,58%	23,38%
% dos Fundos Municipais Correntes na Receita Corrente (Fundos Municipais Correntes/Receita Corrente)	11,50%	1,19%	9,04%	18,79%	29,73%
% dos Fundos Municipais de Capital na Receita Total (Fundo Municipais de Capital/Receita Total)	2,30%	51,27%	2,60%	3,39%	8,41%
% dos Passivos Financeiros na Receita Total (Passivos Financeiros/Receita Total)	0,00%	0,00%	4,70%	10,68%	2,47%
% das Transferências na Receita Total (Transferências/Receita Total)	23,50%	14,11%	26,46%	13,61%	46,76%

INDICADORES ORÇAMENTAIS ESTRUTURADA RECEITA	Portimão	Albufeira	Loulé	Faro	Viseu
	2013	2013	2013	2013	2013
% das Receitas Correntes nas Receitas Totais (Receitas Correntes/Receitas Totais)	91,60%	87,59%	75,86%	94,42%	87,21%
% das Receitas de Capital nas Receitas Totais (Receitas de Capital/Receitas Totais)	8,20%	13,73%	24,14%	5,58%	12,79%
% da Receita Própria na Receita Total (Receita Própria/Receita Total)	96,70%	76,62%	63,29%	63,58%	54,38%
% dos Impostos Directos na Receita Total (Impostos Directos/Receita Total)	61,80%	41,05%	46,69%	48,76%	37,86%
% na Venda de Bens e Prest. de Serviços na Rec. Total (Vendas de Bens e Prest. de Serviços/Receita Total)	1,50%	26,14%	6,43%	4,74%	5,92%
% dos Fundos Municipais na Receita Total (Fundos Municipais Totais/Receita Total)	11,30%	6,32%	8,17%	21,23%	32,09%
% dos Fundos Municipais Correntes na Receita Total (Fundos Municipais Correntes/Receita Total)	10,30%	5,53%	7,12%	19,98%	27,84%
% dos Fundos Municipais Correntes na Receita Corrente (Fundos Municipais Correntes/Receita Corrente)	11,20%	6,80%	9,38%	21,16%	31,93%
% dos Fundos Municipais de Capital na Receita Total (Fundo Municipais de Capital/Receita Total)	1,00%	5,77%	1,06%	1,25%	4,24%
% dos Passivos Financeiros na Receita Total (Passivos Financeiros/Receita Total)	0,00%	11,93%	16,40%	12,90%	0,66%
% das Transferências na Receita Total (Transferências/Receita Total)	22,50%	11,45%	20,28%	6,70%	24,83%

Destacando-se, numa primeira análise, o indicador representativo do peso das receitas próprias e as receitas correntes na receita total, constata-se que, à exceção de Loulé, na generalidade dos municípios analisados, durante o quinquénio de 2009-2013, as mesmas aumentaram o seu peso, em detrimento das receitas de capital, tal como o demonstrado pelo gráfico abaixo:

Quadro nº 66 - Gráfico da evolução do indicador “(receitas próprias + receitas correntes) / receita total”: 2009 – 2013 (vários municípios)





Desdobrando agora a análise, em relação ao peso dos impostos diretos no total da receita, verificamos que na CMP este indicador teve um aumento (aumento de 56,4%), quando comparado com uma tendência de estabilidade na CMA e uma diminuição na CML. Por sua vez, na CMF e na CMV também se registou um aumento deste indicador, apesar de menos significativo que o ocorrido na CMP.

Ao nível da receita verifica-se também uma certa estabilidade no sector relativamente ao peso dos fundos municipais totais sobre o total da receita. Mesmo que tenham existido variações positivas ou negativas estas não foram muito expressivas.

Em relação ao peso dos passivos financeiros na receita total, verificamos na CMP um decréscimo de 2009 para 2010, sendo que, em 2011, 2012 e 2013 o seu peso é nulo. Quando comparado com o sector, constam-se algumas flutuações, sendo no geral o seu peso em 2009 muito semelhante ao de 2013. Este rácio, traduz a dificuldade da CMP em se refinar a partir de 2011, devido ao desequilíbrio da sua estrutura financeira.

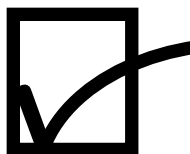
Em relação ao peso das transferências na receita total, este indicador, manteve-se estável na CMP durante o quinquénio de 2009 a 2013, tal como aconteceu na CMA. Na CML existiu um aumento do mesmo, passando de 15,29% em 2009 para 20,28% em 2013. No que diz respeito à CMF, esta registou uma ligeira diminuição de 2009 (9,30%) para 2013 (6,70%). No entanto, durante os anos de 2010 e 2012 o peso foi de 13%. A CMV foi aquela que registou uma maior diminuição de 2009 para 2013, passando de 53% para 24,83%.

6.4.3. Rácios de Estrutura da Despesa

Para os mesmos municípios antes considerados, compilaram-se rácios calculados para a estrutura da despesa, que se apresentam em seguida:

Quadro nº 67 - Indicadores orçamentais de estrutura da despesa dos municípios de Portimão, Albufeira, Loulé, Faro e Viseu: 2009 – 2013

INDICADORES ORÇAMENTAIS	Portimão	Albufeira	Loulé	Faro	Viseu
	2009	2009	2009	2009	2009
ESTRUTURA DA DESPESA					
% do Pessoal nas Despesas Totais (Despesas c/ Pessoal/ Despesas Totais)	27,70%	23,80%	21,60%	38,60%	
% das Despesas c/ Pessoal sobre as Despesas Correntes (Despesas c/ Pessoal/Despesa Corrente)	34,50%	40,05%	38,15%	61,33%	
Grau de Cobertura das Receitas Correntes nos Custos c/ Pessoal (Receitas Correntes/Despesas c/ Pessoal)	263,00%	283,51%	312,31%	197,95%	
% das Aquisições de Bens e Serviços nas Despesas Totais (Aquisições de Bens e Serviços/ Despesas Totais)	28,80%	27,11%	26,38%	13,64%	
% do Serviço da Dívida nas Despesas Totais (Serviço da Dívida/Despesas Totais)	4,50%	2,23%	1,70%	3,01%	
% da Aquisição de Bens de Capital na Despesa Total (Aquisição de Bens de Capital/ Despesa Total)	11,10%	38,64%	35,41%	25,09%	
% das Transferências Correntes na Despesa Total (Transferências Correntes/Despesa Total)	8,20%	4,59%	5,02%	7,22%	
% das Transferências Correntes na Despesa Corrente (Transferências Correntes/Despesa Corrente)	10,20%	7,72%	8,85%	11,47%	
% das Transferências Correntes nas Transferências Totais (Transferências Correntes/Transferências Totais)	60,10%	90,78%	44,84%	75,53%	
% das Transferências de Capital nas Transferências Totais (Transferências Capital/Transferências Totais)	39,90%	9,22%	55,16%	24,47%	



ABREU & CIPRIANO, AUDITORES, SROC

Inscrita na O.R.O.C. sob o n.º 119

Capital Social 5.000,00 Euros

Contribuinte n.º 503 342 742

INDICADORES ORÇAMENTAIS	Portimão	Albufeira	Loulé	Faro	Viseu
ESTRUTURA DA DESPESA	2010	2010	2010	2010	2010
% do Pessoal nas Despesas Totais (Despesas c/ Pessoal/ Despesas Totais)	33,80%	37,77%	30,20%	51,85%	22,84%
% das Despesas c/ Pessoal sobre as Despesas Correntes (Despesas c/ Pessoal/Despesa Corrente)	43,20%	46,92%	45,85%	68,38%	45,46%
Grau de Cobertura das Receitas Correntes nos Custos c/ Pessoal (Receitas Correntes/Despesas c/ Pessoal)	251,20%	231,00%	265,21%	175,12%	275,10%
% das Aquisições de Bens e Serviços nas Despesas Totais (Aquisições de Bens e Serviços/ Despesas Totais)	28,30%	32,66%	28,09%	11,91%	18,33%
% do Serviço da Dívida nas Despesas Totais (Serviço da Dívida/Despesas Totais)	5,70%	3,29%	2,20%	2,59%	0,72%
% da Aquisição de Bens de Capital na Despesa Total (Aquisição de Bens de Capital/ Despesa Total)	9,10%	16,56%	27,56%	7,37%	32,79%
% das Transferências Correntes na Despesa Total (Transferências Correntes/Despesa Total)	10,20%	6,26%	4,33%	8,69%	8,15%
% das Transferências Correntes na Despesa Corrente (Transferências Correntes/Despesa Corrente)	13,00%	7,77%	6,58%	11,46%	16,23%
% das Transferências Correntes nas Transferências Totais (Transferências Correntes/Transferências Totais)	88,00%	92,58%	46,55%	66,09%	39,00%
% das Transferências de Capital nas Transferências Totais (Transferências Capital/Transferências Totais)	12,00%	7,42%	53,45%	33,91%	61,00%

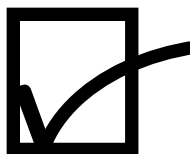
INDICADORES ORÇAMENTAIS	Portimão	Albufeira	Loulé	Faro	Viseu
ESTRUTURA DA DESPESA	2011	2011	2011	2011	2011
% do Pessoal nas Despesas Totais (Despesas c/ Pessoal/ Despesas Totais)	34,50%	37,93%	31,70%	37,85%	24,81%
% das Despesas c/ Pessoal sobre as Despesas Correntes (Despesas c/ Pessoal/Despesa Corrente)	40,30%	45,53%	50,20%	49,09%	43,36%
Grau de Cobertura das Receitas Correntes nos Custos c/ Pessoal (Receitas Correntes/Despesas c/ Pessoal)	245,90%	249,35%	260,26%	240,99%	296,35%
% das Aquisições de Bens e Serviços nas Despesas Totais (Aquisições de Bens e Serviços/ Despesas Totais)	23,30%	36,31%	24,06%	29,12%	20,30%
% do Serviço da Dívida nas Despesas Totais (Serviço da Dívida/Despesas Totais)	6,20%	4,98%	4,20%	3,15%	0,94%
% da Aquisição de Bens de Capital na Despesa Total (Aquisição de Bens de Capital/ Despesa Total)	8,80%	25,14%	24,90%	8,50%	27,17%
% das Transferências Correntes na Despesa Total (Transferências Correntes/Despesa Total)	6,80%	5,31%	4,10%	6,39%	10,36%
% das Transferências Correntes na Despesa Corrente (Transferências Correntes/Despesa Corrente)	7,90%	6,37%	6,50%	8,29%	18,11%
% das Transferências Correntes nas Transferências Totais (Transferências Correntes/Transferências Totais)	98,70%	91,20%	49,05%	62,30%	49,83%
% das Transferências de Capital nas Transferências Totais (Transferências Capital/Transferências Totais)	1,30%	8,80%	50,95%	37,70%	50,17%

INDICADORES ORÇAMENTAIS	Portimão	Albufeira	Loulé	Faro	Viseu
ESTRUTURA DA DESPESA	2012	2012	2012	2012	2012
% do Pessoal nas Despesas Totais (Despesas c/ Pessoal/ Despesas Totais)	33,20%	31,87%	27,90%	38,87%	27,63%
% das Despesas c/ Pessoal sobre as Despesas Correntes (Despesas c/ Pessoal/Despesa Corrente)	38,70%	36,62%	40,35%	50,91%	40,25%
Grau de Cobertura das Receitas Correntes nos Custos c/ Pessoal (Receitas Correntes/Despesas c/ Pessoal)	266,10%	299,78%	295,51%	243,87%	329,97%
% das Aquisições de Bens e Serviços nas Despesas Totais (Aquisições de Bens e Serviços/ Despesas Totais)	20,50%	46,90%	35,35%	23,63%	26,80%
% do Serviço da Dívida nas Despesas Totais (Serviço da Dívida/Despesas Totais)	20,30%	5,81%	4,40%	4,45%	1,23%
% da Aquisição de Bens de Capital na Despesa Total (Aquisição de Bens de Capital/ Despesa Total)	8,60%	16,04%	19,34%	6,84%	9,92%
% das Transferências Correntes na Despesa Total (Transferências Correntes/Despesa Total)	6,60%	3,18%	3,98%	8,93%	12,62%
% das Transferências Correntes na Despesa Corrente (Transferências Correntes/Despesa Corrente)	7,80%	3,66%	5,74%	11,70%	18,39%
% das Transferências Correntes nas Transferências Totais (Transferências Correntes/Transferências Totais)	86,70%	94,73%	50,35%	64,77%	48,32%
% das Transferências de Capital nas Transferências Totais (Transferências Capital/Transferências Totais)	13,30%	5,27%	49,65%	35,23%	51,68%

INDICADORES ORÇAMENTAIS	Portimão	Albufeira	Loulé	Faro	Viseu
ESTRUTURA DA DESPESA	2013	2013	2013	2013	2013
% do Pessoal nas Despesas Totais (Despesas c/ Pessoal/ Despesas Totais)	33,20%	28,35%	25,40%	44,94%	27,54%
% das Despesas c/ Pessoal sobre as Despesas Correntes (Despesas c/ Pessoal/Despesa Corrente)	43,00%	31,40%	36,89%	60,72%	40,07%
Grau de Cobertura das Receitas Correntes nos Custos c/ Pessoal (Receitas Correntes/Despesas c/ Pessoal)	274,40%	327,07%	329,95%	212,66%	344,59%
% das Aquisições de Bens e Serviços nas Despesas Totais (Aquisições de Bens e Serviços/ Despesas Totais)	15,40%	56,99%	35,55%	19,82%	27,20%
% do Serviço da Dívida nas Despesas Totais (Serviço da Dívida/Despesas Totais)	9,60%	3,91%	6,60%	4,52%	0,61%
% da Aquisição de Bens de Capital na Despesa Total (Aquisição de Bens de Capital/ Despesa Total)	6,50%	12,10%	15,96%	10,31%	11,28%
% das Transferências Correntes na Despesa Total (Transferências Correntes/Despesa Total)	5,90%	2,21%	3,87%	4,15%	13,04%
% das Transferências Correntes na Despesa Corrente (Transferências Correntes/Despesa Corrente)	7,70%	2,45%	5,63%	5,61%	18,96%
% das Transferências Correntes nas Transferências Totais (Transferências Correntes/Transferências Totais)	79,10%	94,14%	42,77%	61,27%	48,24%
% das Transferências de Capital nas Transferências Totais (Transferências Capital/Transferências Totais)	20,90%	5,27%	57,23%	38,73%	51,76%

Como se observa, em relação ao peso das despesas com o pessoal no total das despesas, constatamos que, de uma maneira geral, existe um aumento de 2009 para 2010, o que se encontra de acordo com a transferência de competências relacionadas com o pessoal não docente, do Ministério da Educação para os Municípios. Nos anos subsequentes existiu uma estabilização ou até mesmo uma diminuição neste indicador.

Outro indicador que convém realçar é o grau de cobertura dos custos com o pessoal pelas receitas correntes, que em todos os municípios analisados é superior a 200%.

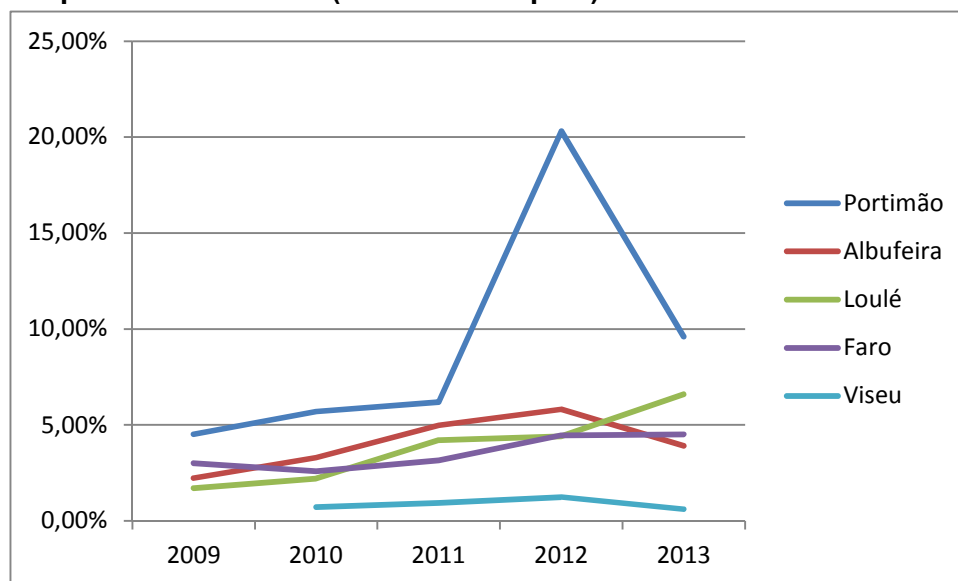


No que diz respeito ao rácio relativo ao peso que a aquisição de bens e serviços tem no total da despesa, constata-se que o único município em que ela desce de 2009 para 2013 é, justamente, o de Portimão. Nos restantes municípios considerados, verificaram-se aumentos no indicador, na ordem dos 7% a 30%.

Em relação à aquisição de bens e serviços de capital o peso destas despesas no total da despesa diminuiu na generalidade dos municípios analisados. No caso da CMP, para tal evolução, em muito contribuiu a contenção de custos aprovada no âmbito do Plano de Saneamento Financeiro e do Plano de Ajustamento Financeiro.

Salientamos também o indicador do peso que o serviço da dívida tinha no total das despesas, cuja evolução nos municípios considerados se sintetiza no gráfico abaixo:

Quadro nº 68 - Evolução do indicador “serviço da dívida / total da despesa”: 2009 – 2013 (vários municípios)

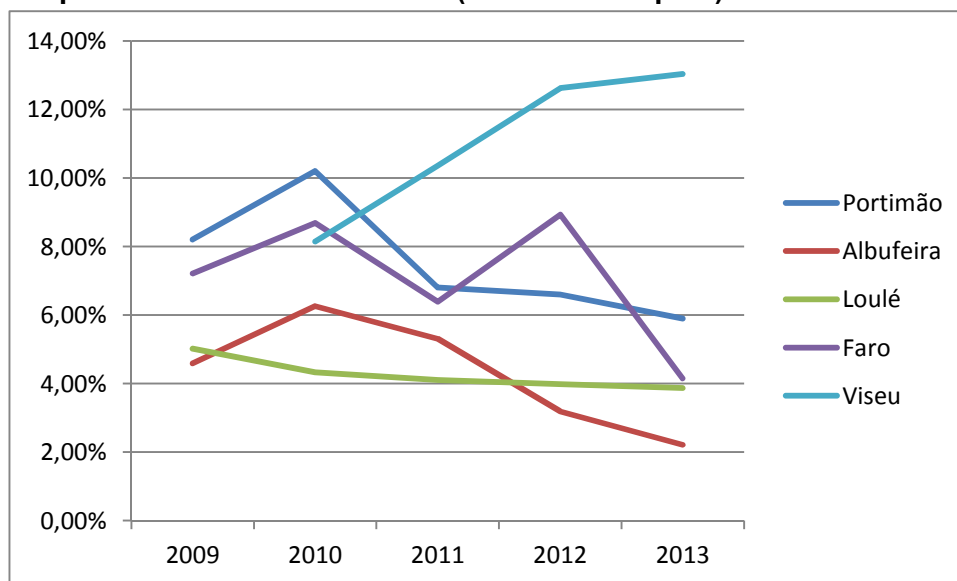


Verifica-se então que o peso do serviço da dívida é sempre superior na CMP, quando comparado com os outros municípios, apesar de uma atenuação desse facto em 2013. Podemos ainda constatar que, nas demais câmaras, apenas a CMV e a CMA evidenciaram uma redução em 2013 do peso do serviço da dívida.

No que diz respeito ao peso das transferências correntes no total da despesa corrente, verificamos o seguinte comportamento de 2009 a 2013:



Quadro nº 69 - Evolução do indicador “transferências correntes / total da despesa corrente”: 2009 – 2013 (vários municípios)



Com base no gráfico acima, verificamos que o peso das transferências correntes no total da despesa desceu na generalidade dos municípios analisados, à exceção do município de Viseu, que registou um aumento constante, sendo o peso final de 2013 de 18,96%, sendo que esse indicador na CMP que era de 7,70%.

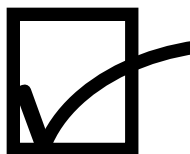
Na CMP assistiu-se a um aumento de 2009 para 2010 (8,20% para 10,20%), sendo que posteriormente a tendência foi de decréscimo, o que mais uma vez traduz uma certa contenção de despesa encetada no município de Portimão a partir de em 2011.

6.4.4. Indicadores de Execução do Orçamento da Despesa

De seguida, para os mesmos municípios, apresenta-se um resumo dos principais indicadores de execução do orçamento da despesa:

Quadro nº 70 - Indicadores de execução do orçamento da despesa: 2009 – 2013 (vários municípios)

INDICADORES ORÇAMENTAIS	Portimão	Albufeira	Loulé	Faro	Viseu
	2009	2009	2009	2009	2009
INDICADORES DO ORÇAMENTO DA DESPESA					
Eficácia Orçamental (Despesa Paga/Receita Recebida)	100,10%	96,60%	114,14%	95,46%	
Eficácia Orçamental em Despesas (Despesa Paga/Despesa Orçamentada)	40,80%	72,08%	77,72%	50,52%	
Eficácia Orçamental do PPI (Despesa PPI Paga/Despesa PPI Orçamentada)	22,10%	65,69%	32,20%	29,68%	
Grau de Cobertura da Receita Total (Receita Total Recebida/Depesa Total Paga)	99,90%	103,52%	87,62%	104,75%	
Grau de Cobertura da Receita Corrente (Receita Corrente Recebida/Despesa Corrente Paga)	90,80%	113,56%	116,50%	121,40%	
Volume da Cobertura da Receita Corrente (Receita Corrente Recebida-Despesa Corrente Paga)	-4.182.918	5.225.781	13.468.591	5.654.350,13	



INDICADORES ORÇAMENTAIS	Portimão	Albufeira	Loulé	Faro	Viseu
INDICADORES DO ORÇAMENTO DA DESPESA	2010	2010	2010	2010	2010
Eficácia Orçamental (Despesa Paga/Receita Recebida)	99,50%	93,90%	101,41%	95,23%	101,41%
Eficácia Orçamental em Despesas (Despesa Paga/Despesa Orçamentada)	28,00%	58,68%	49,70%	32,70%	80,44%
Eficácia Orçamental do PPI (Despesa PPI Paga/Despesa PPI Orçamentada)	11,50%	28,75%	30,23%	9,09%	82,23%
Grau de Cobertura da Receita Total (Receita Total Recebida/Despesa Total Paga)	100,60%	106,50%	98,61%	105,00%	98,61%
Grau de Cobertura da Receita Corrente (Receita Corrente Recebida/Despesa Corrente Paga)	108,60%	108,38%	111,50%	119,74%	126,42%
Volume da Cobertura da Receita Corrente (Receita Corrente Recebida-Despesa Corrente Paga)	3.140.307	-9.253.409	11.889.162	4.701.679,72	8.146.529,67

INDICADORES ORÇAMENTAIS	Portimão	Albufeira	Loulé	Faro	Viseu
INDICADORES DO ORÇAMENTO DA DESPESA	2011	2011	2011	2011	2011
Eficácia Orçamental (Despesa Paga/Receita Recebida)	99,10%	93,74%	102,01%	92,55%	99,19%
Eficácia Orçamental em Despesas (Despesa Paga/Despesa Orçamentada)	23,90%	59,95%	51,03%	41,43%	75,26%
Eficácia Orçamental do PPI (Despesa PPI Paga/Despesa PPI Orçamentada)	9,90%	33,74%	35,02%	16,29%	77,07%
Grau de Cobertura da Receita Total (Receita Total Recebida/Despesa Total Paga)	100,90%	106,68%	98,03%	108,05%	100,82%
Grau de Cobertura da Receita Corrente (Receita Corrente Recebida/Despesa Corrente Paga)	99,20%	113,52%	112,70%	118,29%	132,56%
Volume da Cobertura da Receita Corrente (Receita Corrente Recebida-Despesa Corrente Paga)	-324.930	-4.227.825	15.867.026	5.557.814,92	9.964.074,96

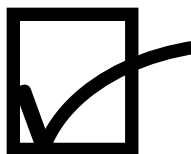
INDICADORES ORÇAMENTAIS	Portimão	Albufeira	Loulé	Faro	Viseu
INDICADORES DO ORÇAMENTO DA DESPESA	2012	2012	2012	2012	2012
Eficácia Orçamental (Despesa Paga/Receita Recebida)	99,40%	93,78%	100,36%	89,97%	83,57%
Eficácia Orçamental em Despesas (Despesa Paga/Despesa Orçamentada)	21,10%	54,58%	59,03%	39,64%	68,38%
Eficácia Orçamental do PPI (Despesa PPI Paga/Despesa PPI Orçamentada)	9,60%	30,44%	36,44%	14,32%	43,24%
Grau de Cobertura da Receita Total (Receita Total Recebida/Despesa Total Paga)	100,60%	106,63%	99,64%	111,15%	119,66%
Grau de Cobertura da Receita Corrente (Receita Corrente Recebida/Despesa Corrente Paga)	103,00%	109,79%	127,90%	124,17%	131,04%
Volume da Cobertura da Receita Corrente (Receita Corrente Recebida-Despesa Corrente Paga)	1.033.684	-3.922.048	11.545.574	6.029.671,25	9.004.111,40

INDICADORES ORÇAMENTAIS	Portimão	Albufeira	Loulé	Faro	Viseu
INDICADORES DO ORÇAMENTO DA DESPESA	2013	2013	2013	2013	2013
Eficácia Orçamental (Despesa Paga/Receita Recebida)	100,50%	87,73%	91,74%	88,09%	75,66%
Eficácia Orçamental em Despesas (Despesa Paga/Despesa Orçamentada)	22,70%	73,78%	77,72%	41,18%	65,85%
Eficácia Orçamental do PPI (Despesa PPI Paga/Despesa PPI Orçamentada)	8,90%	58,72%	59,91%	23,56%	48,21%
Grau de Cobertura da Receita Total (Receita Total Recebida/Despesa Total Paga)	99,50%	113,98%	109,00%	113,52%	132,17%
Grau de Cobertura da Receita Corrente (Receita Corrente Recebida/Despesa Corrente Paga)	118,10%	102,69%	147,30%	129,13%	142,32%
Volume da Cobertura da Receita Corrente (Receita Corrente Recebida-Despesa Corrente Paga)	6.081.595	782.139	13.882.327	6.449.832,48	12.757.646,69

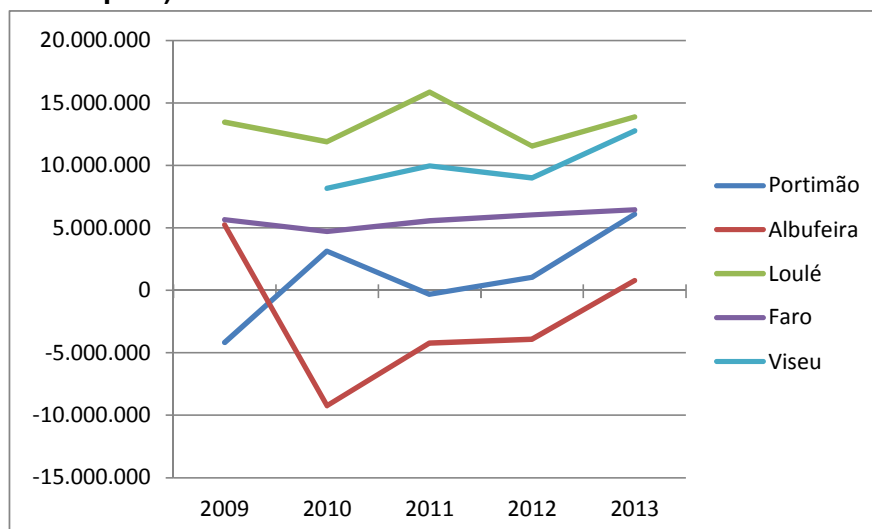
Em relação ao indicador relativo à eficácia orçamental, a CMP nos anos de 2009 a 2013 manteve-se estável entre os 99% e os 100%, ao contrário dos outros municípios que evidenciaram mais eficácia nesse período.

No que diz respeito ao grau de cobertura da receita total, a CMP também registou uma estabilidade de 2009 a 2013 (entre 99,5% e 100,90%), ao contrário da CML, cuja amplitude de variação foi superior, entre 87,62% e 109%. Salienta-se ainda a CMV cujo grau de cobertura era de 98,61% em 2010, situando-se em 132,17% em 2013.

O volume da cobertura da receita corrente recebida menos a despesa corrente paga, teve a seguinte evolução de 2009 a 2013, nos municípios considerados:



Quadro nº 71 - Evolução do indicador volume da cobertura da receita corrente recebida menos a despesa corrente paga: 2009 – 2013 (vários municípios)



De acordo com o gráfico anterior, pode-se constatar que o desempenho da CMP foi o segundo pior das câmaras analisadas, na medida que em 2009 e 2011 a cobertura foi negativa. A pior cobertura foi a da CMA, onde existiram três anos (2010, 2011 e 2012) com um desempenho negativo.

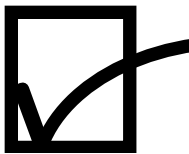
6.5. REGISTOS CONTABILISTICOS DE RECEITA E DE DESPESA - PROCEDIMENTOS

6.5.1. Introdução

No âmbito do nosso trabalho procedemos a análise de uma amostra de documentos de receita e de despesa, para os quais testámos os procedimentos inerentes ao seu registo.

A recolha dos documentos para análise teve em consideração as quatro rubricas da contabilidade patrimonial mais relevantes³⁰, no âmbito do nosso trabalho, sendo que destas foram analisados alguns documentos para cada ano. A amostra não foi muito ampla face à avaliação de risco que se fez da qualidade dos procedimentos e autorizações que se observou para os registos contabilísticos, atenta até à circunstância de as demonstrações financeiras anuais do Município serem objeto de CLC, tendo havido ocasião de dialogar com

³⁰ 62 – Fornecimentos e Serviços Externos
63 – Transferências Correntes Concedidas e prestações sociais
69 – Custos e Perdas Extraordinários
74 – Transferências e subsídios correntes obtidos
79 – Proveitos e ganhos extraordinários



as Sociedades de ROC envolvidas na auditoria contabilística aos exercícios de 2009 a 2013.

Por outro lado, as avaliações efetuadas aos procedimentos de controlo interno, e particularmente no âmbito dos procedimentos de contratação pública, também nos deram indicações positivas relativamente à avaliação de risco a esse propósito.

6.5.2. Despesa

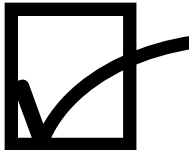
No que diz respeito à despesa, estabelece o art.º 20.º do SCI, que as despesas só podem ser cativadas, assumidas, autorizadas e pagas se, para além de serem legais, estiverem inscritas no orçamento em curso e com dotação igual ou superior ao cabimento e compromisso, respetivamente.

O procedimento para a criação da despesa é efetuado de acordo com a autorização para quem tem competência para decidir contratar.

Salienta-se ainda que as dotações orçamentais da despesa constituem o limite máximo a utilizar na sua realização.

De acordo com informações recolhidas na secção da contabilidade, até determinada altura os contratos-programa celebrados com a PU tinham tratamento privilegiado relativamente ao processamento da despesa e respetivo pagamento. Na medida que, quando os serviços rececionavam os contratos-programa e/ou faturas era para proceder logo à respetiva cabimentação, visto que todas as autorizações já tinham sido concedidas pelo Executivo. Esta situação constituiu uma exceção à regra geral instituída relativamente aos procedimentos que os serviços do Município adotavam para as demais despesas, constituindo, pela magnitude dos compromissos assumidos e das despesas pagas à PU, uma exceção muito relevante que concorre para uma ideia geral segundo a qual os serviços, no caso do relacionamento financeiro com esta empresa municipal, nem sempre tiveram ocasião de exercer previamente as respetivas competências, inclusive algumas de carácter administrativo básico. Naturalmente, os pagamentos feitos nesse âmbito, ficaram estão registados, documentados e autorizados com dotação, cabimentação e compromisso, só que, no caso, com um encurtamento temporal de procedimentos incompatível com o adotado para as demais despesas.

Para todos documentos de despesa analisados, verificámos que existiu cabimentação, assunção de compromisso, autorização de despesa e autorização para pagamento, com a excecionalidade já referida dos relativos aos contratos programa com a PU, que correspondem a uma grande parte dos cabimentos de despesa efetuados.



6.5.3. Receita

Ao nível da receita, estabelece o art.º 16.º do SCI que as receitas só podem ser liquidadas e arrecadas se tiverem sido objeto de inscrição orçamental adequada, no entanto, a cobrança pode ser efetuada para além dos valores inscritos no orçamento.

Das análises efetuadas aos documentos solicitados, não detetámos situações relevantes que mereçam o nosso comentário.